



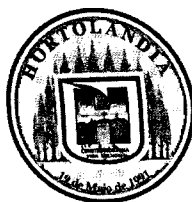
Prefeitura Municipal de Hortolândia

Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoal

PROTOCOLO GERAL

No.: 7460/2020
Data/Hora: 02/12/2020 - 16:10:00
Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE C
Assunto: CLIO PRODUcoes / CHAMADA 02 /

Chamada 02 - CNPJ



Protocolo Geral Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal

ESTE PROCESSO É DOCUMENTO PÚBLICO DE TRAMITAÇÃO EXCLUSIVA NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, NÃO PODENDO FAZER PARTE DE PROCESSOS DE OUTRAS PREFEITURAS, DE EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA, DE GOVERNOS ESTADUAIS, FEDERAL OU DE PROCESSOS JUDICIAIS.

IMPORTANTE SABER:

- 1 - Considera-se processo administrativo nos termos do Decreto 2.547 de 04/08/2011, o conjunto de documentos tendo como objetivo a tomada de decisão, baseada em despacho decisório.
- 2 - O Processo Administrativo pode ser iniciado pela autoridade competente ou a pedido do interessado e será composto pelo conjunto de papéis formado por requerimentos, documentos, atas de reunião, pareceres e informações instrutórias, necessárias à tomada de decisão.
- 3 - Assuntos que possam ser tratados por ofícios, memorandos, requerimentos padronizados e-mails ou comunicação internas, não serão autuados.
- 4 - Processos Administrativos autuados da Prefeitura do Município de Hortolândia são controlados e tramitados único e exclusivamente pelo Sistema de Controle de Processos e Protocolos - SCP2.
- 5 - É vedado apensar documentos na contracapa do processo. Caso, os documentos, sejam importantes para a instrução do assunto, os mesmos deverão ser juntados ao processo.
- 6 - As informações, pareceres e despachos constantes dos processos administrativos implicarão de modo absoluto, na responsabilidade funcional, civil e criminal de seus signatários.
- 7 - É vedado o despacho de VISTO, devendo a autoridade que contra assinar qualquer informação ou parecer manifestar-se expressamente, de acordo ou em desacordo com os mesmos que o processo seja remetido para simples ciência.
- 8 - As capas dos processos não poderão ser carimbadas, receber notas ou escritos de qualquer natureza.

Na presente data, autuo a Petição e documentos que adiante seguem.

Para constar esta autuação, eu _____

Subscrevi.


Eddy Crisone Assunção Batista
Departamento Administrativo
Diretora



Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA

Hortolândia, 01 de dezembro de 2020.

MI ADM nº. 391/2020

Protocolo: nº 26087/2020

Ao

Protocolo Geral

Assunto: Abertura de PMH | Lista de Proponentes Habilitados – Chamada Pública 02 – Edital 154

Vimos solicitar abertura de processo conforme segue:

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura

Assunto: Clio Produções | Chamada 02 | CNPJ

Após a abertura do processo, remeter o mesmo à Secretaria Municipal de Cultura.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Tatiana Regina Pires da Silva

Gerente de Divisão Administrativa

/trps


02/12/2020 15:29 - 00007460 PREF. MUN. DE HORT. PROT. GERAL



ANEXO B - MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO - PESSOA JURÍDICA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO				
Título do projeto: "Mapa da cultura imaterial de Hortolândia"				
Segmento (indique apenas 1)	Economia da Cultura ()	Cultura Digital, Artes Visuais e Audiovisual ()	Artes Cênicas ()	Patrimônio Cultural Material e Imaterial (X)
	Música ()	Expressões Culturais de Rua ()	Livros, Leitura, Literatura e Poesia ()	Projeto Hortolândia: A luz que acolhe ()
Valor Total do Projeto:	R\$ 1.929,34 () R\$ 5.000 () R\$ 10.000 () <u>R\$ 20.000 (X)</u> R\$ 40.000 ()			
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE				
	Nome do grupo ou coletivo		Clio Produções	
	Nome da MEI, Empresa ou Instituição Clio Produções		CNPJ: 39.367.291/001-96	
	Endereço: Rua Eusébio de Queiroz, 1217		Complemento	
	Bairro: Jardim Amanda I	Município: Hortolândia	UF: SP	CEP: 13188-002
	e-mail contatoclioproducoes@gmail.com	Tel. Fixo (19) 3909-3909		Celular (16) 98103-6073
	Número no Mapeamento Cultural de Hortolândia			Cargo/Função
3. DADOS DO PROPONENTE RESPONSÁVEL				
Nome do responsável Julia Rany Campos Uzun			CPF do Proponente responsável 31881100812	
	Endereço do responsável Rua Eusébio de Queiroz, 1217		Complemento	



Bairro Jardim Amanda I	Município Hortolândia	UF SP	CEP 13188-002
Email professorajuliahistoria @yahoo.com.br	Tel. Fixo (19) 3909-3909	Celular (16)981036073	
CONTA CORRENTE DA PESSOA FÍSICA PARA RECEBIMENTO DOS RECURSOS BANCO: Nubank (260) AGÊNCIA: 0001 CC 68565395-1			
4. TERMO DE CONCORDÂNCIA			
Na qualidade de PROPONENTE e Responsável pela execução deste Projeto , venho, por meio desta, solicitar a inscrição junto ao processo de credenciamento regido pelo Edital de nº 154/ 2020 Declaro serem as informações acima verdadeiras e que conheço e concordo com todas as normas, condições e especificações constantes no referido EDITAL.			
<p style="text-align: right;">Hortolândia, 16 de novembro de 2020.</p> <p style="text-align: right;"> Assinatura do Proponente</p>			



ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÕES PARA INSCRIÇÃO - PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA

Eu, Julia Rany Campos Uzun, RG nº 27.899.808-2, CPF nº 318.811.008-12, domiciliado no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, representante legal da pessoa jurídica **Clio Produções**, CNPJ nº 39.367.291/0001-96, sediada no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, Proponente do projeto denominado **“Mapa da cultura imaterial de Hortolândia”** venho declarar que:

1. Estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.
2. Tenho residência/domicílio / atuação laboral no campo da cultura, no caso de pessoa física, ou sede, no caso de pessoa jurídica, no Município de Hortolândia.
3. Tenho ciência e concordo com os termos do Edital.
4. Cumpro com as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme artigo 117, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo.
5. Não fui declarado inidôneo, portanto não estou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.
6. Não estou inscrevendo projeto cuja etapa e/ou fase já tenha sido executada por meio de recursos da Lei Aldir Blanc.
7. Não estou inscrevendo projeto já apresentado de forma fragmentada ou parcelado por outro proponente, conforme disposto no art. 36 do Decreto Municipal 4605/2020.
8. Estou ciente da condição do Edital em não inscrever mais de um projeto de por edital municipal relativo à aplicação do art. 2º, Inciso III da lei Aldir Blanc.
9. Não sou membro do poder Executivo do Município de Hortolândia nem tenho nessa situação meu / minha respectivo (a) esposo (a) ou companheiro (a), bem como parente em linha direta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
11. Não sou servidor público vinculado aos órgãos municipais, nem possuo cônjuges, companheiro (a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau nesta condição.
- 12 Não sou membro do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização instituído pelo Decreto Municipal nº 4605/2020, nomeado pela portaria nº 2532/2020, publicada no Diário Oficial do Município - Edição 1024 de 20/10/2020.

Hortolândia, 16 de novembro de 2020.

Julia Rany Campos Uzun
Assinatura do Proponente

[Handwritten signature]



**ANEXO IV
(MODELO)
DECLARAÇÃO**

Ref. Chamada Pública nº 02/2020

Clio Produções, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.367.291/0001-96, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Julia Rany Campos Uzun, portadora da Carteira de Identidade R.G. nº 27.899.808-2 e inscrita no CPF/MF sob o nº 318.811.008-12, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Outubro de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

Hortolândia, 16 de novembro de 2020.

.....*Julia Rany Campos Uzun*.....
(representante legal)

(Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO D

MODELOS DE FORMULÁRIOS

D.1 FORMULÁRIO MODELO PARA PROJETO CULTURAL

1.1 Título do Projeto

Dê um nome para seu projeto que resuma a que se refere. O nome do projeto não precisa ser necessariamente o nome da obra, evento, ação etc. que o projeto prevê.

Projeto "Mapa da cultura imaterial de Hortolândia"

1.2 Resumo do Projeto

Breve descrição constando o que pretende, onde, quando e público-alvo da execução do projeto.

Elaboração do mapeamento dos elementos da cultura material do município de Hortolândia, através de uma série de produtos distintos. O primeiro deles é a elaboração de um catálogo dos bens imateriais da cidade de Hortolândia, incluindo suas danças, festas, tradições, saberes, formas de expressão, costumes, lendas, músicas, modos de fazer, celebrações e outras tradições ligadas à ancestralidade das diversas populações do município, seguindo a designação da UNESCO. Também será produzido um videodocumentário sobre as principais manifestações do patrimônio imaterial da cidade. Como forma de incentivar as propostas da Base Nacional Comum Curricular e promover o incentivo ao trabalho com a história regional, a cultura e a memória em sala de aula, o projeto ainda prevê a elaboração de uma pequena série de videoaulas de introdução ao conceito de patrimônio imaterial e a criação de uma cartilha digital sobre cultura imaterial e suas representações no município. O catálogo e o videodocumentário serão disponibilizados nos canais da Secretaria da Cultura (incluindo o portal mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br), enquanto as videoaulas e a cartilha poderão ser disponibilizadas (para além dos portais da Secretaria da Cultura) para todas as escolas de Educação Básica da cidade, podendo ser utilizadas como instrumento de trabalho pedagógico em sala de aula para discussão da história, da memória e da identidade regionais. O projeto é de interesse para o público geral, especialmente para as crianças e jovens da cidade.



1.3 Descrição da atividade, evento, ação, produto ou serviço de caráter cultural economicamente mensurado

Explique O QUE deseja realizar, constando: Apresentação detalhada do projeto, incluindo informações pertinentes à sua concepção e realização, tais como: formato da(s) atividade(s) (como e quais atividades serão realizadas), metodologia, duração (dias/turno/horários), estrutura necessária, capacidade total de público etc;

Produto: Realização do mapeamento da cultura imaterial da cidade de Hortolândia. Como resultado, serão apresentados quatro produtos distintos:

1. Catálogo da cultura imaterial de Hortolândia, disponibilizando o levantamento descritivo e imagético dos principais bens da cultura intangível da cidade (celebrações, tradições, festas, danças, saberes, formas de expressão, costumes, lendas, músicas, modos de fazer e outras tradições ligadas à ancestralidade das diversas populações do município, seguindo a designação da UNESCO.
2. Videodocumentário registrando as principais manifestações da cultura imaterial da cidade.
3. 3 videoaulas introdutórias, de caráter instrutivo, discutindo as relações entre patrimônio, cultura imaterial, memória, história, sociedade e a formação da cidade.
4. 1 cartilha digital, voltada para os alunos da Educação Básica do município, que vai discutir os conceitos da cultura imaterial apresentando os principais elementos da cidade.

Objetivos: apresentar ao público geral o conceito de patrimônio imaterial, de acordo com a designação da UNESCO, permitindo que os moradores da cidade de Hortolândia conheçam as principais manifestações da cultura intangível do município. Há, além disso, a preocupação em criar um material de apoio para a Educação Básica sobre as representações da cultura imaterial, com base em discussões acadêmicas sobre o tema, que



possa ser empregado em todas as escolas da rede municipal de Hortolândia como paradidático, complementando as indicações da Base Nacional Comum Curricular sobre o trabalho com patrimônio, com cultura regional e com a memória local em todas as etapas da Educação Básica.

Justificativa: Identidade e alteridade nos estudos patrimoniais

A Antropologia é a ciência responsável pelo estudo do ser humano, de suas produções e interações. Ela tem como objetos principais o conhecimento sobre as formas de organização social e política, as crenças e estruturas religiosas, as tradições, os costumes, os diversos modos de organização familiar, as manifestações artísticas, as línguas, as relações do homem com os outros grupos sociais, dentre outras questões. O conceito que resume o objeto de estudo do antropólogo é o conceito de cultura, cuja origem remonta o processo do cuidado com a terra (de onde se tem a ideia de cultivar batatas, por exemplo), transformando-se paulatinamente no conceito que se utiliza na contemporaneidade.

Quando se conhece um indivíduo com grande conhecimento em cinema, literatura, música e artes plásticas, é comum afirmar-se que esta pessoa possui “muita cultura”, visto que esse conceito também pode definir o conjunto de conhecimentos e saberes ilustrados de alguém. Sob um outro olhar, quando se discute a necessidade de determinado governo investir mais na cultura do país, significa determinar a necessidade de valorização de um conjunto de atividades e instituições que se relacionam ao desenvolvimento e à difusão das ciências e das belas artes.

Para além dos conceitos utilizados no cotidiano, a Antropologia entende o conceito de cultura desvinculado exclusivamente de elementos materiais e concretos, mas identifica a cultura a formas abstratas ligadas ao pensamento, a elementos simbólicos através dos quais o indivíduo entende o mundo e passa a avaliar o meio em que vive, sendo diferentes em cada grupo, pois *se todas as populações humanas possuem a mesma*



carga genética, elas se diferenciam por suas escolhas culturais, cada uma inventando soluções originais para os problemas que lhe são colocados (CUCHE, 2012, p. 41). Tais escolhas culturais resultam do acúmulo de vivências entre as várias gerações e vão se alterar de acordo com as necessidades daquele grupo.

Para os estudos antropológicos, é possível definir a cultura como o conjunto de elaborações abstratas e materiais realizadas pelo homem em sua existência para as quais são atribuídos sentidos, ou seja, cujas ações são simbólicas e conscientes. O conceito de cultura compreende os padrões de comportamento, os modos de vida, as práticas, as estratégias, as técnicas e os sistemas religiosos característicos de cada sociedade em determinado momento histórico o que faz com que nenhum povo atue de forma idêntica aos outros grupos.

A Antropologia aponta para a questão de que todas as culturas são diferentes, ainda que não existam culturas inferiores ou superiores. Todos os grupos humanos se aproximam pela busca por identidade cultural, o que ressalta a afirmação das diferenças, das particularidades e das especificidades de cada grupo, incentivando o reconhecimento do Outro – o processo de alteridade. Dessa forma, sob o olhar antropológico, é possível identificar uma unidade dentro da diversidade, visto que todas as culturas se unificam ao buscar pela identidade, igualando todos os povos em sua diferença e no processo de luta pela afirmação desta dessemelhança.

No entanto, o fato de que são estabelecidas tantas diferenças no mundo não impede o reconhecimento de elementos culturais considerados como quase universais, ainda que eles se enraízem em cada cultura de forma diversa. A religiosidade é um destes exemplos. A grande maioria dos povos conhecidos manifesta algum tipo de prática religiosa, que, mesmo variando entre cada cultura, possui em todas elas a mesma função: a de aproximar o homem a uma realidade transcendente, na qual ele acredita, servindo de intermediária entre o terreno e o divino. Mesmo que toda cultura seja única, há elementos culturais considerados universais por



estarem presentes em todos os grupos de forma específica, como a religiosidade.

De acordo com Marilena Chauí, os sentidos originais do conceito de cultura remetem ao verbo *colere*, do latim, que remonta inicialmente à noção de criação, cultivo e cuidado. Dessa forma, para os povos mais antigos, a cultura simbolizava o processo do homem de cuidar da natureza – a agricultura. Em um segundo sentido, o conceito passou a representar o ato humano de lidar com os deuses, em que o culto passou a significar o respeito e o cuidado do homem com a alma – não só dos adultos mas também das crianças, de onde teria vindo a preocupação com sua formação e sua educação para que se transformassem em bons cidadãos (de onde se originou o termo *puericultura*, visto que *puer*, em latim, significa menino). Nesse segundo movimento, a cultura teria se transformado no processo de educação do espírito de meninos e meninas, buscando transformá-los em jovens dotados das virtudes necessárias para a boa vida em sociedade, aperfeiçoando suas qualidades naturais, como seu temperamento e seu caráter. (CHAUÍ, 2006, p.19)

Esta primeira concepção de cultura prezava pelo aprimoramento da natureza do ser humano de forma mais generalizada, buscando formar as crianças para a vida coletiva através do ensinamento de diversas formas de expressão, como a música, a ginástica, a dança, a poesia, a filosofia, a história e a retórica. Um indivíduo culto era aquele que havia desenvolvido as habilidades das artes, da filosofia e das ciências, além de ter se tornado participante e consciente dos temas políticos e virtuoso nas questões morais. Nesta concepção, natureza e cultura não são opostas, visto que os seres humanos são considerados naturais, mesmo que diferentes dos diversos seres vivos. A natureza do ser humano deve ser educada e cultivada para domar a agressividade e a ignorância, transformando a cultura em uma “segunda natureza” humana, capaz de aperfeiçoar as suas características naturais (CHAUÍ, 2005, p.47).

No entanto, a partir do século XVIII, o conceito de cultura ganhou um novo sentido, passando a simbolizar os resultados advindos da



educação humana que possam ser expressados a partir de suas ações, de suas obras e das instituições, como as ciências, a religião, o Estado e as artes de forma geral. Em outras palavras, cultura torna-se o mesmo que civilização, visto que passou-se acreditar que os efeitos da formação do ser humano deveriam ser mais claros na vida política, social e civil. Já quanto a esta segunda concepção, a natureza e a cultura do ser humano são vistas como elementos opostos. Especialmente a partir de Immanuel Kant, passou-se a acreditar que a natureza age de forma mecânica seguindo as leis de causa e efeito, enquanto o ser humano possui a razão e a liberdade, atuando apenas de acordo com seus valores, suas escolhas e suas finalidades. Dessa forma, a natureza se tornaria o espaço do determinismo e das necessidades, enquanto a cultura passou a ser encarada como o universo dos valores, das escolhas feitas exclusivamente pela razão, da diferenciação entre a verdade e a mentira, entre a justiça e a injustiça, entre o feio e o belo e entre o profano e o sagrado. (CHAUÍ, 2006, p.18)

A partir do momento em que o conceito de cultura elaborado a partir do século XVIII prevaleceu sobre a visão mais antiga sobre o termo, a cultura passou a simbolizar o conjunto de obras do ser humano que existem em uma civilização. Além disso, passou a representar a relação que os seres humanos criam com o espaço e com o tempo, com a natureza e com outros seres humanos, a partir do momento em que se organizam em sociedades – relações estas que são variáveis e se modificam a todo o momento. (CHAUÍ, 2005, p.49)

Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi o primeiro filósofo a enfatizar a simbiose da cultura e da história. De acordo com ele, é através do tempo que a razão (ou, em suas palavras, o “Espírito Absoluto”) se desenvolve e consegue se manifestar por meio das instituições e das obras humanas, como as ciências, as artes, a religião e as instituições sociais e políticas. De acordo com Hegel, em cada período específico, a razão produz determinada cultura, que se torna responsável por demonstrar o nível de desenvolvimento racional ou espiritual daquele grupo humano – a Europa



feudal, o Egito dos faraós, a Grécia Antiga ou a China que Marco Polo encontrou seriam apenas estágios diferentes da razão, indicando culturas características que foram ultrapassadas pelas que vieram depois. Dessa forma, Hegel defende a ideia de um progresso contínuo do Espírito – ou da razão. (CHAUÍ, 2006, p.22)

Karl Marx, por sua vez, concorda com a união entre história e cultura, mas acredita que Hegel cometeu um engano simples em sua teoria a partir do momento em que confundiu a manifestação da razão com a história-cultura. De acordo com Marx, a história-cultura é a forma como o ser humano consegue criar sua existência de forma material (especialmente através da economia e do trabalho), dando sentido a esta organização a partir de condições que ele não pode escolher, porque são pré-determinadas. Assim, a história-cultura conta as lutas cotidianas dos seres humanos (e não da razão ou do Espírito, como afirmava Hegel), nos momentos em que eles criam e recriam suas condições materiais de vida, diferenciando-se em lutas de classes sociais para combater as formas diversas de exploração, dominação e opressão. Para isso, Marx identifica os modos de produção (escravista, asiático, feudal, primitivo, capitalista e socialista) pelos quais estas relações ocorrem de formas distintas ao longo do tempo. (CHAUÍ, 2005, p.50)

Enquanto Hegel e Marx fizeram uma leitura do conceito de cultura a partir da relação entre o ser humano e o tempo e da perspectiva da história, a Antropologia parte para uma interpretação da cultura a partir de um outro viés. Para o antropólogo, é necessário descobrir inicialmente de que forma e em que sentidos os seres humanos passam a se considerar como diferentes da natureza, criando a partir de então um universo cultural. De modo tradicional, defende-se que esse movimento aconteceu de acordo com a aquisição da linguagem e a partir do momento em que os seres humanos passaram a agir de forma livre, sem levar em consideração sua necessidade. Ainda que não neguem essa assertiva, os antropólogos buscam uma explicação mais aprofundada para conhecer o início de uma cultura, como uma regra que não pode ser desobedecida sem que seu



culpado receba a pena de morte – como, por exemplo, a proibição de relações conjugais com seus descendentes (o incesto), uma proibição desconhecida na natureza. Há, ainda, leis que podem causar a ruína do próprio indivíduo ou de sua comunidade quando transgredidas, indicando o momento que divide o ser humano da natureza para o aparecimento da cultura, funcionando como uma lei universal – importante para mostrar a capacidade do ser humano na criação de uma ordenação de existência que supera a natureza biológica e física, dando origem à ordem simbólica.

A criação da ordem simbólica indica que o ser humano, ao sair do estado de natureza, passa a atribuir novos sentidos para sua realidade e consegue se relacionar com elementos ausentes por meio do trabalho, da palavra, da memória, da periodização (identificando o passado, o presente e o futuro), da estratificação do espaço, da separação entre o invisível e o visível (como as divindades, o que está distantes e o que ficou no passado) e da possibilidade de atribuir valores para outros seres humanos, afirmando se são justos, bons, feios ou amistosos. A partir do momento em que o ser humano vive em sociedade e se torna hábil para desenvolver a ordem simbólica, ele consegue se comunicar através de diversas formas distintas (como os gestos, a escrita e a criação de monumentos) e transforma a natureza por meio do trabalho, mudando sua relação com o espaço e com o tempo e diferenciando as normas sociais a partir do momento em que lança sentido sobre elas: a morte se torna dolorosa; a diferenciação sexual pode ser carregada de desejo; as transgressões levam consigo o caráter do erro e da necessidade de punição, etc. (CHAUÍ, 2006, p.23)

Em termos antropológicos, podemos, então, definir a Cultura como tendo três sentidos principais:

1. criação da ordem simbólica da lei, isto é, de sistemas de interdições e obrigações, estabelecidos a partir da atribuição de valores a coisas (boas, más, perigosas, sagradas, diabólicas), a humanos e suas relações (diferença sexual e proibição do incesto, virgindade, fertilidade, puro-impuro, virilidade; diferença etária e forma de tratamento dos mais velhos e mais jovens; diferença de autoridade e formas de relação com o poder, etc.) e aos acontecimentos (significado



da guerra, da peste, da fome, do nascimento e da morte, obrigação de enterrar os mortos, proibição de ver o parto, etc.);

2. criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível. Os símbolos surgem tanto para representar quanto para interpretar a realidade, dando-lhe sentido pela presença do humano no mundo;

3. conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a Natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Este conjunto funda a organização social, sua transformação e sua transmissão de geração a geração. (CHAUÍ, 2005, p.53)

A Antropologia não trata de cultura no singular, mas sempre em culturas, de forma plural, visto que considera que as instituições, as crenças, as estratégias, as práticas, as leis e os valores variam de acordo com cada sociedade e podem até mesmo se transformar dentro do mesmo grupo social de acordo com o tempo – ainda que os ritmos de cada povo seja específico. Assim, história e antropologia são ciências complementares. A esse sentido antropológico do conceito de cultura é importante destacar outro, ligado à concepção mais antiga do termo, retomando à noção de amplo cultivo espiritual: a cultura também é lida como a criação de bens imaginativos e sensíveis – as “obras de arte” – e de bens reflexivos e do intelecto – “as obras do pensamento”. É a partir desse sentido que comumente se diferencia a cultura escolar da cultura artística (a escultura, a pintura, a dança, a música, o teatro, etc.).

Quando se reúnem os dois sentidos, entende-se que a concepção contemporânea de cultura é a forma através da qual o ser humano se humaniza através de um conjunto de estratégias e práticas capazes de dar origem à sua existência econômica, política, social, artística, intelectual e religiosa. Nesse sentido, a culinária, os móveis, a forma de vestir e de morar, a religião, a etiqueta à mesa, as festas, a relação com os mais velhos e com as crianças, a forma de lidar com os animais, as ferramentas, as instituições políticas e sociais, os costumes, o trabalho, as diferenças de gênero... tudo isso forma a cultura como uma forma de criar



a relação com o Outro.

De acordo com Marilena Chauí, o conceito de cultura

passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a natureza, relações que se transformam e variam em condições temporais e sociais determinadas. Agora, a 'cultura' torna-se sinônimo de 'história'. [...] Ela é o reino da transformação racional; portanto, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo. (CHAUÍ, 2006, p. 17)

Entender a cultura como o espaço para a transformação racional, como o faz Chauí, passa a ser um modo de reconhecimento da racionalidade do ser humano, opondo-se à irracionalidade de todas as outras espécies. Enquanto o *Homo sapiens sapiens* expressa sua racionalidade, ele possui cultura – o que não é possível afirmar sobre os cães, os cavalos ou as orquídeas. Nesse sentido, o processo de hominização levou o humano a adquirir duas capacidades cognitivas exclusivas ligadas ao desenvolvimento da caixa craniana: a articulação e a abstração, permitindo que o ser humano englobasse fenômenos semelhantes em categorias e começasse a programar, prever e projetar seu futuro próximo. (MENESES, 1994, p.15)

Dessa forma, a memória passa a exercer um papel fundamental dentro do processo de aquisição do raciocínio humano, visto que mesmo que o ser humano se tornasse capaz de articular e de abstrair os conceitos, a memória se tornaria muito importante para que ele pudesse guardar as respostas corretas para cada novo desafio que se apresentasse. Mas a memória, inicialmente, é individual. O que permite que ela se transforme em uma memória coletiva é o exercício da linguagem. Segundo Meneses, *é a linguagem que permite que a memória se torne um veículo de socialização das experiências individuais* (MENESES, 2007, p. 16).

As relações entre a história e a memória

A história vem travando seus diálogos com a memória há muitos



séculos. Na Antiguidade Clássica, a filosofia grega não chegou a uma conclusão sobre esta relação. Para Platão, a memória perdeu o seu aspecto mítico, mas não procura fazer do passado um conhecimento: quer subtrair-se à experiência temporal. Já para Aristóteles, que faz uma distinção entre a *mamnesi* (reminiscência), que seria a capacidade de evocar o passado voluntariamente, e a *mnemê*, uma simples capacidade de conservar o passado, há uma notável dessacralização da memória (LE GOFF, 1990, p. 435).

Entretanto, o que mais sabemos sobre a mnemotécnica grega está em três textos latinos, que dizem respeito à construção da memória artificial: a *Rhetorica ad Herennium* (compilada por um anônimo), o *De oratore* (de Cícero) e o *Institutio oratoria* (de Quintiliano). Nesses três textos, há a caracterização precisa do caráter ativo das imagens no processo de rememoração, o que aponta que esta preocupação é muito mais antiga do que poderíamos calcular.

Durante a Idade Média, devemos salientar a influência da Igreja Católica como a maior instituição do período, inclusive no domínio intelectual. Não podemos esquecer que o cristianismo e o judaísmo são religiões de rememoração por excelência e, por isso, houve uma expansão notável de discussões acerca da relação entre a história e a memória no período. A Idade Média passou a ser considerada um “tempo da memória”.

Anos depois, com o desenvolvimento da imprensa, houve uma verdadeira expansão da memória coletiva, visto que as tradições orais se tornaram notadamente diferentes das práticas escritas. Aos poucos, foi possível atingir um público cada vez maior de leitores – sejam alfabetizados, sejam analfabetos que liam imagens – que puderam se familiarizar com tradições orais restritas antes a pequenos grupos (BURKE: 2004, p.21).

No final do século XIX, as fronteiras da política e da historiografia se expandiram, fazendo com que os diálogos acadêmicos travados entre a história e a memória se estendessem também para a literatura e para a filosofia. Nesse movimento, Henri Bergson levantou importantes questões

Handwritten signature or mark.



acerca deste debate em sua obra, principalmente em *Matéria e memória* (1896). Como mote de sua argumentação, Bergson aponta para o fato de que seria mais adequado nos referirmos a “memórias” plurais – e a esquecimentos plurais também -, visto que ocupam lugares diversos nos muitos planos que a memória se apresenta a nós em seu percurso. O autor também defende que a memória tem um destino prático, sintetiza o passado e o presente buscando o futuro, contrai os momentos passados para se utilizar deles e para que isso se manifeste posteriormente em ações interessadas. A memória carrega, nessa concepção, um atributo ético bastante marcado, que incide tanto na conduta individual quanto na dos grupos sociais (SEIXAS: 2004, p. 47).

Concordando com algumas das teses defendidas por Bergson, Marcel Proust, em muitas de suas obras, compreende a memória como construtora do real, muito mais do que mero instrumento de resgate de uma realidade. A memória estaria todo o tempo *tecendo fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos que os outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram* (IDEM, p.51). Ao trazer aquilo que já foi vivido à tona, Proust acredita que a memória tem o poder de aproximar o passado ao presente, recriando o real.

Pensadores como Bergson e Proust criaram as bases para um novo olhar em relação aos debates entre a história e a memória, debates estes que vão se imbricando com a passagem para do século XIX para o século XX, quando ocorre a transformação do status da história para uma ciência, e a memória então passa a ser vista de muitas formas distintas. Entretanto, é conveniente notar que os diferentes regimes continuam necessitando da dominação do imaginário coletivo para a manutenção do poder, e os símbolos, mitos e heróis continuarão sendo importantes bens simbólicos bastante utilizados pelo Estado (CARVALHO, 1990, pp. 10-11).

A partir do início da década de 1980, a historiografia percebeu que a complicada relação entre a memória e história é muito mais do que uma simples relação de complementaridade, mas sim uma relação de oposição



e de conflitos. Nesse momento, a história é então colocada pelos produtores de conhecimento como “senhora da memória”, como uma produtora de memórias. Essa oposição não causa ruptura com a tradição aristotélica que compreende a memória (entendida como reminiscência) como o conhecimento do passado.

São conhecidos os debates que foram suscitados por Michel Foucault e Jacques Le Goff acerca dessa relação tão sutil que a história mantém com a memória. Através de uma análise arqueo-genealógica, Foucault defende uma “história-problema”, segundo a qual a construção da trama indicaria o caminho para delimitar o que seria importante destacar no passado. No que tange à memória, ele propõe *fazer da história uma contramemória e desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma de tempo* (LOPES: 2000, p. 291), à revelia das noções de essência, origem, verdade e identidade.

Le Goff, por sua vez, acredita que a história não é hoje mais vista como a ciência que prescinde dos monumentos – associados com o que há de mais negativo no conceito de memória – em favor dos documentos – sempre relacionados à objetividade histórica e à irrefutabilidade da prova –, mas sim *a história é o saber que transforma documentos em monumentos* (LE GOFF: 1990, p.501). No entanto, apesar de Le Goff reivindicar uma história feita documentos/monumentos, sua preocupação maior é a com a ciência histórica. A memória seria ainda relegada a um papel secundário, como uma pedra bruta que necessita ser lapidada pela história.

Contudo, o intelectual que melhor discorreu acerca do debate suscitado por muitos entre a memória e a história no século XX foi Pierre Nora, posto que insistiu na diferença entre as duas “instituições”. Em sua obra, Nora pontuou que a memória está disposta a certos *lugares* concebidos, acreditando que *fala-se tanto de memória precisamente porque ela não existe mais* (NORA: 1993, p.07). Tal concepção nos deixa entrever certa incapacidade de percepção da memória além de sua própria cultura historiográfica.

Para Nora, a memória é a tradição vivida, múltipla, espontânea e



só pode ser pensada num “eterno presente”. É ela quem cria vínculos com o passado distante. Já a história é uma reconstrução intelectual que problematiza e demanda uma análise e explicação, procurando apresentar uma crítica a respeito do passado. Ela se comunica com a modernidade. Segundo o autor, a história-memória é conservadora, enquanto a história que se pretende crítica é “subversiva e iconoclasta”. Numa síntese desta dicotomia, Nora pontua que *tudo aquilo a que chamamos hoje de memória, já não o é, já é história* (NORA: 1992, p.09). De outro lado, há uma tradição anglo-saxônica que buscou um caminho inverso ao dos franceses. Conferindo maior autonomia à memória do que os autores já discutidos, ela acaba por aproximar a memória à história, suprimindo algumas das diferenças substanciais entre elas.

Em ambos os discursos, há uma questão que se mostra presente. Tanto para o grupo francês quanto para os intelectuais contemporâneos anglo-saxões, o “outro lado da memória” – ou melhor, os *esquecimentos* (plurais, como defende Bergson) – são voluntários e espontâneos. Eles seriam *claras demonstrações, como nos diz Pollak, de um gerenciamento das lembranças na formação de uma memória de experiências que podem ser narradas* (BARBOSA, 2007, p.69).

A questão dos esquecimentos nos remete a uma questão ainda mais ampla quando estudamos a construção da memória de um país. A partir do momento em que são feitas escolhas conscientes para a exaltação desta ou daquela personagem histórica como herói nacional, desta ou daquela data como comemoração, necessariamente não efetuamos um processo de esquecimento em relação a todas as outras personagens e datas? A fabricação da memória não é, por si só, a fabricação do esquecimento?

Os esquecimentos podem ser involuntários? A memória seria assim moldada por acasos? A memória é sempre uma construção consciente, seja ela individual ou coletiva, pois traz à tona também o exercício aristotélico de conhecer o passado, de ser reminiscência. Memórias são construídas e seletivamente armazenadas. Os esquecimentos – silêncios



da memória – sempre as acompanham, pois cada vez que uma memória é construída, milhares de possibilidades se emudecem. Todavia, os esquecimentos independem das memórias, e podem ocorrer a contrapelo das mesmas.

É firmada em um passado politeísta da época Clássica que a Grécia encontra a união para seus habitantes de ilhas tão distintas. Fundados na Torá, nos profetas e com a certeza da volta à Terra Prometida, os judeus encontram sua união, ainda que não vivam sobre um mesmo território – mas sim espalhados por todo o planeta. Na combinação da presença indígena, africana e europeia, o Brasil tem construído sua memória. Nos três casos, a invenção de países através da memória, obrigatoriamente foi fruto de escolhas, e produziu diversos símbolos distintos para se firmar: seja a coroa de louros grega, o Yom Kippur judeu e a escolha de Tiradentes como herói nacional e patrono da República.

O conceito de patrimônio histórico e cultural

De forma individual, é possível que se conceba o patrimônio como o conjunto de bens monetários e materiais (como determinada quantia de dinheiro ou imóveis e joias) que podem ser transmitidos entre as diversas gerações de uma mesma família. Há, ainda, vários bens que possuem pouco valor de mercado, mas grande valor emocional para cada indivíduo, como um álbum de fotografias, um vestido especial, um chapéu que o avô sempre usava e até uma imagem religiosa que sempre esteve no altar da residência da casa da avó. Todo esse conjunto de itens pode constar em um testamento, formando o patrimônio individual. Além dos bens materiais, é possível acrescentar o patrimônio espiritual, que ultrapassa os bens materiais recebidos dos antepassados, contando também com os ensinamentos recebidos individualmente – como as receitas culinárias aprendidas com o toque característico de uma tia italiana, a forma como o pai ensinou a filha a dançar ou como o tio ensinou truques para seu



sobrinho dominar a arte de andar de bicicleta. Todos esses exemplos formam o patrimônio imaterial individual, cujo valor é inestimável. (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p.06)

O patrimônio individual é apenas o primeiro sentido do conceito, responsável por tratar do conjunto de bens materiais e simbólicos que cada um recebe de seus antepassados. No entanto, em seu segundo sentido, é possível estender este conceito para a coletividade. A principal diferença reside no fato de que o patrimônio individual depende exclusivamente de cada um, que é responsável por decidir o que é interessante, escolhendo o que deve ser lembrado. O patrimônio coletivo, por sua vez, é determinado por instâncias mais distantes. Se a associação de moradores de um condomínio for decidir, por exemplo, o que forma o patrimônio comum, é possível que decidam por elementos como uma árvore determinada, por uma música ou por um banco da praça central. Se em grupos pequenos as decisões já podem ser distantes do indivíduo, em grandes coletividades – como uma nação ou mesmo a humanidade – este abismo pode se tornar ainda maior.

Para compreender a relação entre a sociedade e o patrimônio, é necessário refletir sobre o princípio da coletividade, que não se define apenas a partir da união de todos os indivíduos (ou a “soma das partes”, como definiu Platão). Uma coletividade é formada pela diversidade dos grupos que a compõem, que se apresentam em transformação constante, demonstrando objetivos diferentes, muitas vezes conflitantes entre si. O mesmo indivíduo pode pertencer a múltiplos grupos, mudando para outros diferentes ao longo do tempo. Dessa forma, a coletividade possui grupos identificados por faixas etárias (idosos, crianças, adultos e adolescentes), por tipo de atividade econômica (aposentados, estudantes, vários ramos profissionais), por identidade de gênero, etc.

A diversidade engendrada pelos diferentes grupos de uma sociedade leva ao surgimento de muitos pontos de vida, à multiplicidade de atividades e de interesses na coletividade e, por consequência, à variedade de benefícios e de objetivos que se busca alcançar. Seguindo o



exemplo dos romanos, esta diversidade retoma a expressão *cui bono?*, ou seja, que se beneficia na sociedade com tantos grupos distintos, visto que os desejos de mulheres e homens, de adultos e de crianças, de governantes e da população em geral, de católicos, dos adeptos das religiões de matriz africana e de evangélicos nem sempre são os mesmos. O que deve ser lembrado e celebrado para certos grupos é ignorado para outros. Além disso, os valores sociais se transformam ao longo do tempo. Por isso é importante refletir sobre as formas como o patrimônio foi compreendido ao longo do tempo pelos diferentes grupos sociais. (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p.08).

Nesse momento, é necessário refletir sobre o conceito de patrimônio cultural. De acordo com Pedro Paulo Abreu Funari e Jaime Pinsky, *patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares*. (FUNARI; PINSKY, 2001, p.08).

Então tudo o que o homem produz compõe patrimônio cultural? Não exatamente. Um sanduíche de uma grande rede de fast food, por exemplo, é produzido com os mesmos ingredientes no Brasil, na Inglaterra, no Paquistão e no Congo: as cores da embalagem, os desenhos, as quantidades de hambúrguer, molhos, os acompanhamentos. A proposta é a uniformidade em todas as unidades da empresa. No entanto, em restaurantes locais, cada uma destas regiões vai preparar um frango de uma forma específica, do modo como é característico da cozinha regional: enquanto o cozinheiro inglês provavelmente vai servir frango frito e empanado em tiras, servido com batatas, o cozinheiro brasileiro vai servir frango assado com farofa; no Congo, o chef pode servir frango piri-piri, uma iguaria característica que leva gengibre, pimenta, tomilho e coentro; no Paquistão, por sua vez, certamente o frango será temperado com açafrão, a especiaria mais utilizada no país. Tanto o frango quanto o sanduíche da rede de fast-food são bens culturais – enquanto este é um bem cultural global, pois é muito semelhante em todo o mundo, o frango se torna uma iguaria regional, tornando-se um patrimônio cultural de sua



região, ou seja, uma particularidade da cultural local. É comum que o conceito de patrimônio adquira uma formalidade tão grande que se tende a acreditar que ele só reconheça obras de arte famosas e elementos arquitetônicos, mas ele é formado de tudo o que é feito pelo homem.

O conceito de patrimônio tem sua origem relacionada à esta herança passada entre as gerações familiares, especialmente aos bens materiais. Durante o século XVIII, o poder público francês passou a determinar algumas medidas para proteger os monumentos considerados de valor para a história nacional, passando a estender o conceito de “patrimônio” também para aqueles itens que se tornaram protegidos pela lei e pelas atividades dos órgãos franceses, passando a nomear este conjunto de bens culturais como patrimônio nacional. O desenvolvimento de patrimônios nacionais passou a se tornar uma prática comum durante o século XX, criando núcleos comuns de referência para os habitantes de um mesmo território, tendo como objetivo principal unificar estes homens e mulheres sob o mesmo conjunto de tradições, aliando estes esforço à determinação impositiva de um mesmo idioma oficial nacional, de festas nacionais e da criação da história nacional (inclusive como disciplina escolar), que se tornava mais importante do que as questões regionais e particulares.

O processo de formação do patrimônio cultural contemporâneo funcionou como um movimento de legitimação e representação simbólica de um conjunto de ideologias, buscando criar referenciais simbólicos por meio de um conjunto de fontes de sacralidade imutáveis. A partir do momento em que se cria uma identidade (nacional ou regional) que unifica estas fontes de autoridade – transformadas em elementos culturais materiais e imateriais – com determinados valores e ideias, tais elementos passam a representa-las, formando um discurso que reforça o caráter imutável, sagrado e essencial deste patrimônio. Este processo é produzido primeiramente com o Romantismo, um movimento artístico e literário europeu iniciado no final do século XVIII e que permeou todo o século XIX, determinado pela exaltação do nacionalismo para a consolidação das



nações europeias, especialmente após a derrubada de Napoleão Bonaparte. Com o Romantismo, foram criados critérios de legitimação cultural baseados em princípios universais, como a história, a genialidade e a natureza. (PRATS, 2000, p.116)

Em sua forma, o Romantismo representou uma reação aos cânones do Iluminismo e ao racionalismo, colocando o indivíduo contra o Estado e a proposta liberal contra o despotismo esclarecido que estava vigente até então. É importante salientar que o Romantismo era uma ideologia burguesa e glorificava o indivíduo, fazendo com que a história, a genialidade e a natureza fossem tão desejados por sua ideologia e por sua estética: a natureza indomada seria uma representação da liberdade do indivíduo, enquanto a história simbolizaria as façanhas lendárias que os românticos imitariam e a genialidade criativa se colocaria como uma nova forma de entender o papel do autor – que deveria imaginar e ser protagonista, deixando de lado o academicismo e a imitação típicos do Iluminismo (PRATS, 2000, p.118).

Estes três critérios românticos, ao mesmo tempo, unificaram os possíveis elementos a serem patrimonializados naquele contexto de rígidas práticas de inclusão e exclusão, visto que todos os bens oriundos da história, da natureza ou da produção criativa do ser humano passaram a se enquadrar nos limites das possibilidades dos referenciais simbólicos do patrimônio. Isso não quer dizer, por outro lado, que tudo o que esteja contido neste triângulo seja um patrimônio de forma automática, mas sim que se torna um patrimônio em potencial. Para que um bem produzido pela genialidade, pela história ou pela natureza se transforme em um repertório patrimonial, ele deve ser ativado. Mas o que significa ativar um repertório patrimonial?

Em suma, este processo se dá quando determinados elementos do conjunto possível a ser patrimonializado são escolhidos e recebem um olhar diferenciado, articulando a eles um discurso que será endossado pela sacralidade de seus referenciais. Tal discurso vai depender de quais referenciais serão escolhidos, dos significados destes referenciais que irão



se destacar, da importância relativa que se vai outorgar a tais referenciais, do conjunto ao qual vão se integrar e do contexto em que estarão inseridos. (PRATS, 2000, p.123)

Dessa forma, o patrimônio nacional auxiliou a formar um conjunto simbólico de unificação nacional, cujo objetivo principal era solidificar as bases de uma mesma cultura para todo o território, ainda que os diversos grupos étnicos e sociais de uma nação apresentassem grande diversidade. Com isso, o patrimônio nacional foi imbuído de um papel político muito importante, especialmente a partir da virada do século XIX para o século XX, pois ajudou a determinar quais memórias deveriam ser lembradas oficialmente – e quais deveriam ser esquecidas (ou caladas). Nesse sentido, o patrimônio vai indicar a eleição oficial – o que também indica uma série de exclusões, ao mesmo tempo em que revela que um projeto está sendo construído, buscando representar determinado passado histórico e cultural de uma sociedade (RODRIGUES, 2001, p.20).

Cabe ressaltar que, em geral, quando se fala em “patrimônio”, normalmente se faz referência exclusivamente aos bens culturais, especialmente ao patrimônio arquitetônico e histórico. Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural se torna muito mais abrangente, visto que também contempla o conjunto de patrimônio ambiental, já que o ambiente passou a ser considerado como um produto de cultura, na medida em que sofre a ação humana e se transforma. Nesse sentido, a construção do patrimônio cultural é diretamente influenciada pela concepção do que cada sociedade entende sobre o que é importante conservar e preservar em cada momento histórico. A escolha do que deve ser preservado depende, assim, de um conjunto de negociações levadas a cabo entre vários setores sociais, o poder público e os cidadãos, recebendo significados plurais de acordo com as circunstâncias de seu presente.

De forma global, a partir dos anos de 1970, o patrimônio cultural passou a ser valorizado como um instrumento de memória social. Atualmente, compreende-se que os resquícios de cultura, mais do que fontes de conhecimento sobre o passado, oferecem testemunhos das



experiências vivenciadas de forma individual ou coletiva, permitindo ao homem contemporâneo a ampliação e a lembrança do sentimento de pertencimento a um mesmo espaço, do compartilhamento de uma mesma cultura com o passado e do desenvolvimento da percepção de vários elementos em comum, criando sentidos para a composição da identidade coletiva. A preservação do patrimônio cultural – seja na forma de documentos escritos, paisagens, imagens, objetos, traçados urbanos ou áreas naturais, garante que as sociedades possuam maiores possibilidades de reconhecerem a si mesmas.

Patrimônio: a história de um conceito

O conceito de patrimônio tem origem no termo latino *patrimonium*, que significa todo o conjunto de bens do pai ou *pater familias*, na Roma antiga. Ainda que a ideia de “pai de família” pareça semelhante a dos dias atuais, o *pater familias* era o senhor de um domínio muito maior, incluindo entre seus bens seus escravos, seus filhos, sua esposa, seus itens móveis e imóveis, seus animais, unindo seu *patrimonium*, que era transmitido por testamento – inclusive as pessoas. O conceito surgiu, assim, como uma forma de garantir os interesses aristocráticos de propriedade privada na sociedade romana, em um momento em que a grande maioria da população não possuía bens nem escravos – logo, não tinha *patrimonium*. Ele se tornou um valor privado e de grupos aristocráticos, ligados à transmissão por herança para a elite. Em Roma, não existia a noção de patrimônio público, pois o poder sobre o Estado se estendia também aos *pater familias* (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p.09).

Com a propagação do Cristianismo, especialmente a partir do fim da Antiguidade e durante a Idade Média, o patrimônio recebeu um novo significado além de seu valor aristocrático: o valor religioso, com caráter coletivo e simbólico. A valorização das relíquias e o culto aos santos católicos ofereceu às pessoas comuns um novo sentido de patrimônio característico, ligado à valorização de objetos, de locais e de ritos coletivos.

JP



As interpretações populares estavam diretamente ligadas às leituras aristocráticas sobre patrimônio, mas ultrapassaram o controle das elites, que reagiram através do movimento de monumentalização das catedrais e criação de grandes igrejas, que se tornaram a tônica das representações do mundo espiritual no mundo físico. No alto de uma montanha, tornou-se comum a construção da sede da cátedra do bispo regional, principal autoridade religiosa: a catedral que se fundava se tornava um patrimônio coletivo, ainda que aristocrático.

Durante o Renascimento, deu-se uma transformação na perspectiva acerca da forma como o patrimônio foi concebido. A centralização nos valores humanos em detrimento dos religiosos, através da forma e da prática política, levou à busca dos ideais greco-romanos através da leitura dos filósofos da Antiguidade Clássica e da criação de coleção de vestígios sobre o período. Após a invenção da imprensa por Gutenberg, o Renascimento reeditou diversas obras clássicas, tanto em sua língua original como através de diversas traduções para idiomas locais. Ao mesmo tempo, passaram a catalogar todo tipo de objeto antigo, como estátuas, moedas, vasos, inscrições e vestígios arquitetônicos, dando origem aos Antiquariados, que se espalharam por toda a Europa, reforçando o status aristocrático do patrimônio. De acordo com alguns estudiosos, o patrimônio contemporâneo deriva destes Antiquariados, que continuam existindo até hoje através das coleções particulares de antiguidades. (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p.10).

A forma como o patrimônio é vista apenas vai romper com suas bases privadas e aristocráticas ligadas ao colecionismo, durante um período de grandes transformações políticas e sociais: a formação dos Estados nacionais modernos. A maioria das monarquias nacionais europeias surgiram entre os séculos XIV e XV, mantendo-se como Estados religiosos até o século XVIII, nos quais o rei justificava seu poder por direito divino. Um dos principais exemplos é o caso da Espanha, formada por várias regiões tradicionais e muito diferentes, com instituições e idiomas próprios (os foros), além dos territórios dominados na América

Handwritten signature or mark.



que também faziam parte do império. Todos os que estavam sob o domínio espanhol eram súditos do reino e deviam prestar fidelidade ao rei, responsável por unificar as diferenças. Os súditos não tinham tradições em comuns, não se comunicavam pelo mesmo idioma e não possuíam nenhum tipo de núcleo que os identificasse. Nestas sociedades, o patrimônio ainda era aristocrático e privado, formado por coleções de bens antigos, como a coleção dos papas que atualmente está no museu do Vaticano.

Com a fundação dos Estados nacionais modernos, a partir do século XVIII, o Estado passa a ser organizado de formas diferentes, rompendo com os fundamentos que compunham os antigos reinos. A partir da segunda metade do século XVIII, a Europa Ocidental foi marcada por um movimento contínuo de perda de força do pensamento religioso – seja ele católico ou protestante – e desenvolvimento da chamada “era dos nacionalismos”, fruto do espírito das Luzes. Não queremos afirmar, contanto, que uma coisa tenha surgido com o desgaste da outra, mas, como disse Benedict Anderson, o que se propõe “é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los (ANDERSON, 2008, p. 39).

Se os nacionalismos foram entendidos como integrantes de um sistema cultural, devem ser interpretados como produtos culturais, cabendo, em primeira instância, analisar suas origens históricas, de que forma seus símbolos e seus significados foram tratados e transformados ao longo do tempo, resultando em uma profunda legitimidade emocional advinda de um complexo de diferentes forças históricas. Dessa forma, a nação não seria apenas uma questão histórica, mas antropológica, na medida em que tornou-se uma comunidade política imaginada, quase uma questão de parentesco ou religião. A nação como uma “comunidade imaginada de sentido”, como Anderson bem o definiu, era uma construção simbólica que estabeleceu elos de pertencimento, gerou vínculos, permitiu a criação de sentimentos identitários e propiciou a coesão social. (UZUN, 2014, p. 49)



Dessa forma, o Estado nacional moderno vai surgir como uma invenção dos cidadãos para criar uma identidade comum, tendo como elementos principais o idioma, o território, a busca pela origem e uma cultura. A França é um dos melhores exemplos desta transformação. Após a Revolução Francesa, em 1789, as bases do Antigo Regime foram destruídas, fazendo com que a monarquia perdesse legitimidade. A República instituída deu origem à proposta da igualdade, exposta no ideal da cidadania para os homens adultos mas, para isso, era necessário desenvolver a ideia de cidadão, oferecendo as ferramentas para que os indivíduos compartilhassem entre si costumes, valores e memória, tendo uma origem e um solo comuns e se sentindo membros de um mesmo grupo. Através da educação, foi possível unificar o idioma francês, falado anteriormente apenas pelas elites, calando lentamente as línguas regionais. O idioma permitiu a identificação de uma mesma origem entre os grupos diversos – de gauleses a canadenses.

De acordo com a definição de Benedict Anderson, a nação como uma “comunidade imaginada de sentido” era uma construção simbólica responsável por criar laços de pertencimento, gerando vínculos capazes de permitir a criação do sentimento de identidade e da coesão social. Homi Bhabha criticou duramente o conceito das nações como “comunidades imaginadas” desenvolvidas ao longo dos processos nacionais e nacionalistas do século XIX formadas por identidades essencialistas criado por Anderson. De acordo com Bhabha, o que garantia a unidade política das nações era o fluxo permanente de ansiedade do espaço plural, visto que a representação territorial contemporânea havia se transformado na temporalidade arcaica e tradicional: *A diferença do espaço retorna como a Mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo o Povo em Um* (BHABHA, 2005, p.211). Dessa forma, o exterior havia sido transposto em interior, legitimando assim a tradição.

Dialogando com Julia Kristeva e Frantz Fanon, Homi Bhabha indicou que a identificação cultural das nações em seu contexto de



formação manteve-se devido ao surgimento do povo como um instrumento de enunciação do espaço de divisão do sujeito. Segundo o autor, a linguagem da união da nação e da coletividade foi desafiada, visto que a homogeneidade cultural era inexistente e o espaço horizontal de uma nação não podiam ser simbolizados publicamente, impossibilitando o entendimento de uma causa social como a determinação de um Estado unificado: *A narrativa de coesão nacional não pode mais ser significada, nas palavras de Anderson, como uma solidez sociológica fixada em uma “sucessão de plurais” – hospitais, prisões, aldeias longínquas* (IDEM, p.217). Caso estes elementos fossem responsáveis pela delimitação do espaço social de forma repetitiva, simbolizando assim o horizonte da nação, a partir do momento em que o espaço horizontal da nação foi desnaturalizado – como defende o autor – e a homogeneidade da nação não seriam mais concebíveis, outros fatores deveriam ser considerados. (UZUN, 2014, p. 53).

Já Stuart Hall, por sua vez, passou a conceber que as identidades nacionais teriam sido *formadas e transformadas no interior da representação*. Dessa forma, o brasileiro apenas saberia o que significaria “ser brasileiro” o a partir do momento em que a forma de viver no Brasil do século XXI – a “brasilidade contemporânea”, por assim dizer – fosse representada pela cultura nacional – daí o esforço dos intelectuais das nações em formar um compêndio de elementos representativos, dentre os quais está o patrimônio cultural nacional.

Hall defendeu que a nação não era somente uma entidade política, mas um sistema de representação cultural, um organismo que produzia um conjunto de sentidos. As pessoas inseridas na nação não eram somente cidadãos, afirmou o autor, mas participavam da *ideia de nação* da forma como ela era representada na cultura nacional. Assim, cada nação pode ser vista como uma comunidade simbólica, e isso era o suficiente para explicar seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. (HALL, 1999, p.92)

Estes Estados modernos foram fundados a partir de duas tradições



do Direito, responsáveis pela determinação do conceito de patrimônio. Os Estados estabelecidos dentro da tradição latina instituíram um sistema jurídico baseado no direito romano (ou civil), que trata a propriedade privada a partir de um conjunto de restrições ligadas aos direitos de outras pessoas e aos direitos coletivos – dentre várias nações que adotam este sistema está o Brasil. Como exemplo, está a limitação do direito de servidão: se dois imóveis são adjacentes (como uma casa de frente para rua e uma casa de fundos) e um deles apenas consegue acesso à rua através de uma passagem pelo terreno do outro imóvel, este trecho é um tipo de servidão que é imposta ao imóvel que tem saída para a rua, determinando uma limitação para a propriedade.

Já nas nações que adotam o sistema de direito consuetudinário, ligado à tradição anglo-saxônica, o direito de propriedade é muito mais delicado, permitindo, por exemplo, o processo de cercamento das pequenas propriedades rurais pelo Estado inglês, que retirou os camponeses de suas terras e levou à produção de ovelhas pela Coroa, dando origem ao êxodo rural. Nesse sentido, os bens encontrados em propriedades privadas, de acordo com este sistema de direito, pertencem ao proprietário e podem ser comercializados – o que vale tanto para minas de ouro quando para vestígios históricos. Na tradição latina, por sua vez, os bens são públicos, não podendo ser utilizados por indivíduos de acordo com seus desejos. As duas tradições burocráticas permitiram o desenvolvimento de duas distintas concepções de patrimônio: enquanto a visão latina vincula-se à proteção do Estado nacional, a tradição anglo-saxônica tem maior preocupação em proteger os direitos individuais. (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p.12)

O século XIX tornou-se conhecido como o século da memória. Durante este período, os governos de diversas regiões decidiram fundar instituições para a promoção da preservação de seu passado, elevando a História Pátria à disciplina mais importante de seus currículos escolares. Além disso, escreveram hinos, deram origem a bandeiras e elencaram os símbolos, alegorias e mitos representativos de suas nações. Viu-se, no



século XIX, o surgimento de nações como um processo internacional que envolveu todo o Ocidente, sendo a busca por elementos de identidade um movimento necessário para a afirmação das nacionalidades nascentes. Segundo Ernest Gellner, *o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem* (GELLNER, 1965, p.169). Foi exatamente esse processo de invenções que o século XIX presenciou.

De acordo com muitos historiadores, este também foi o momento em que muitos países perceberam a relevância do Documento e da História para a preservação do passado nacional. De acordo com Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch,

De muitas formas, o século XIX é o século da História e do Documento, ambos ligados à emergência dos Estados nacionais. No Brasil, igualmente o Instituto Histórico e Geográfico nasce com a Regência, verdadeiro momento de afirmação nacional. Coerentemente, o Estado, que desde o início da escrita foi um grande produtor de documentos, torna-se o organizador de arquivos e publicações para preservar documentos históricos. Conservar e organizar documentos passam a ser uma função muito ligada ao poder do Estado. (KARNAL; TATSCH, 2004, p. 51)

O processo de Revolução Francesa e os crescentes nacionalismos característicos do século XIX acrescentaram muito para o trabalho com a documentação histórica. Na França, durante o movimento revolucionário, foram fundados os *Archivos Nationales*. Pouco depois, durante o período da Restauração, foi criada a *École Nationale des Chartres*, em 1821, que se tornou responsável por formar profissionais para o trabalho nos arquivos e bibliotecas, gerindo a documentação. Nesse mesmo período, os romances históricos passaram a ter mais espaço público, ganhando notoriedade. Em 1826, foram publicados os primeiros volumes de *Monumenta Germaniae Historica*, um compêndio grandioso que queria arquivar, unificar e publicar as fontes da Idade Média da região da atual Alemanha, enquanto os italianos deram início à publicação da *Monumentae Historiae Patriae*.



O período da Revolução Francesa foi bastante produtivo para a reflexão acerca do patrimônio. Mesmo em meio a um conjunto de lutas internas e de grande violência, fundou-se uma comissão cujo objetivo era o cuidado e a preservação dos monumentos franceses, tendo como premissa a eleição de elementos que representasse a cultura e a nação francesas que eram geradas no berço revolucionário. No entanto, a legislação patrimonial do país levou quase um século para ser criada, visto que a primeira lei para a proteção e cuidado do patrimônio da França foi aprovada em 1887, sendo ampliada em 1906. Todos estes dispositivos buscavam limitar os direitos a propriedade privada, para garantir o benefício do patrimônio nacional, seguindo a tradição latina.

Já nas nações que têm como tradição o direito consuetudinário, o processo de garantia de proteção ao patrimônio ocorreu exclusivamente dentro dos terrenos públicos. O principal exemplo é o estadunidense, que teve como primeira lei de preservação do patrimônio o Antiquities Act, promulgado em 1906, que apenas determinava a proteção dos bens culturais encontrado em terras controladas pelo governo. O Historic Sites Act, assinado quase trinta anos depois (em 1935), enfatizava a criação de catálogos dos bens históricos, contanto que fossem encontrados em terras públicas. (FUNARI; PELLEGRINI, 2009, p. 13)

As duas tradições possuem alguns pontos em comum. Em ambos os casos, o patrimônio é entendido como um bem cultural material, concreto, como um objeto de valor simbólico e/ou material, um monumento ou uma construção arquitetônica de importância para nação. As duas concepções entendem que existem valores comuns que são compartilhados por toda a nação e que podem ser compilados em elementos concretos. Além disso, elas compreendem que o patrimônio deve simbolizar a beleza, os itens exemplares e diferentes que simbolizariam o conceito de nacionalidade. Sob as duas tradições, devem ser criados núcleos institucionais e leis para o cuidado do patrimônio – como institutos e museus –, que devem ser regidos por arqueólogos, historiadores, antropólogos, sociólogos e outros profissionais.



As nações passaram a enfatizar a importância na busca e preservação do patrimônio cultural e histórico entre 1914 e 1945, quando as guerras mundiais impulsionam o desenvolvimento dos nacionalismos. Alguns exemplos mais extremos mostram como os Estados nacionais utilizaram os resquícios das civilizações formadoras como elementos de construção nacional.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo e o imperialismo foram superados, a partir do desenvolvimento de abordagens mais amplas e com menos limitações à cultura. A derrota dos nacionalismos da Alemanha, da Itália e do Japão no conflito colocou em debate as interpretações racistas e nacionalistas sobre o passado, especialmente a partir do momento em que os campos de concentração foram interpretados como uma forma de genocídio e sua execução foi julgada em um tribunal internacional. Sob os holofotes estabelecidos pelo Holocausto, os conceitos de diferenciação pela raça, antes aceitos inclusive pelas nações democráticas, começaram a ser condenados abertamente. De forma semelhante, o nacionalismo imperialista passou a ser condenado com o fim do conflito, o que levou a uma grande reconfiguração do mapa mundial, visto que as próprias nações democráticas mantinham impérios neocoloniais mantidos por políticas racistas.

Após 1945, novos agentes sociais surgiram no cenário político. Os grupos anteriormente colonizados, especialmente na África e na Ásia, aumentaram sua luta contra as nações imperialistas, garantindo sua independência. O caso mais representativo desse processo é o indiano, um território multiétnico, que garantiu sua independência em 1947 através de um movimento de não violência, liderado por Mahatma Gandhi, dando origem também ao Paquistão (de maioria muçulmana) e a Bangladesh, simbolizando o fim dos modelos nacionais que buscavam um patrimônio homogeneizante.

No mundo capitalista, o pós-guerra levou ao desenvolvimento de vários movimentos sociais que lutavam por direitos das mulheres, dos



negros, dos jovens e das camadas populares, representando a diversidade em muitos aspectos e níveis, indicando a existência de interesses sociais variados – e os conflitos que essa variedade poderia gerar. Nesse sentido, a ideia da unidade nacional pregada pelos nacionalismos – como uma única cultura, uma língua, um território e uma mesma origem, que era a base para a noção de patrimônio nacional – fracassava a olhos vistos. No mesmo período, a luta em defesa do meio ambiente ampliou o conceito de patrimônio, que deixou de incluir apenas bens culturais, para tratar também de elementos da natureza modificados pelo homem.

Neste mesmo período as nações passaram a interagir de forma mais intensa, o que ajudou a dissolver os conceitos nacionalistas. Este movimento transformou a diversidade em um valor universal a ser defendido, fazendo com que os Estados nacionais passassem a uma grande variedade de patrimônios além daqueles de valor nacional, como os patrimônios regionais, femininos, indígenas, relativos a grupos religiosos específicos ou de determinada comunidade esportiva. A multiplicação do conceito de patrimônio ocorreu ao mesmo tempo em que as pessoas passaram a participar de forma mais ativa na gestão dos bens culturais, ambientais e patrimoniais.

Esse movimento levou, também a uma transformação nas formas de interpretação sobre o patrimônio e sobre as propostas práticas de intervenção. Até então, os padrões vigentes centravam-se no respeito às regras sociais, passando a ser criticados pelas pesquisas de campo, que indicavam a multiplicidade dos interesses dos grupos sociais distintos e os conflitos oriundos desta diversidade, como as lutas femininas, antirracistas, pela igualdade de direitos civis, caracterizando estes movimentos como uma consequência das situações sociais e não como um desvio. Várias questões surgiram como forma de explicar a diversidade, enfatizando o problema em enfatizar a sociedade de forma homogênea. A partir de então, os grupos sociais passaram a ser lidos como mutáveis e fluídos, reconhecidos seus interesses múltiplos e possivelmente contrastantes.



Dentre as principais consequências desse processo, os conceitos de cultura e de ambiente foram modificados. Anteriormente, tais conceitos eram valorizados por serem considerados excepcionais e únicos, mas, a partir do momento em que a diversidade dos grupos sociais ganhou importância, não era mais importante dar valor ao mais raro, ao mais belo ou ao mais difícil de se obter. De modo oposto, a preservação deveria incorporar os bens que se repetissem, os ordinários e que, de alguma forma, fossem comuns. A partir de então, surge a noção do patrimônio imaterial: uma paisagem é muito mais do que um aglomerado de rios, árvores e pastagens, mas é a forma como o homem se apropria desta materialidade. Dessa forma, o patrimônio cultural deixa de ser composto somente das fantasias usadas no carnaval, passando a conter também os ritmos, as melodias e a forma como se dança: os bens imateriais.

Em 1972, foi realizada a primeira conferência para determinar os tipos de patrimônio da humanidade, de acordo com a UNESCO, incluindo a partir de então os elementos culturais e naturais, reconhecendo a importância da diversidade e a variedade de sítios que pertenceriam a todos os povos do mundo. De acordo com esta reunião, foram determinados seis tipos distintos de patrimônio mundial. O primeiro deles seria composto de monumentos, dentre os quais estariam as pinturas, as esculturas, as inscrições, as cavernas, os edifícios arquitetônicos e os resquícios arqueológicos. O segundo seriam os conjuntos, indicados por grupos de construções, como os centros históricos. Em seguida, estariam os sítios, compostos por obras naturais e humanas com valor histórico, etnológico, científico ou estético, como seria o caso da acrópole grega. Além disso, há os monumentos naturais, dentre os quais estão as formações biológicas e físicas, como o Morro do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Há, ainda, as formações fisiográficas e geológicas, transformadas em patrimônio por seu valor como habitat de espécies vegetais e animais que estão ameaçadas de extinção. Por último, os sítios naturais, formados por áreas de grande beleza natural ou valor científico.

As políticas públicas oficiais para o cuidado com o patrimônio no



Brasil começaram a ser elaboradas apenas nos anos de 1930. A Constituição de 1934 impediu a retirada de obras de arte do Brasil e diminuiu o direito à propriedade privada nas cidades históricas de Minas Gerais, para os casos em que os terrenos estivessem investidos de funções históricas, sociais e culturais. Esta proposta foi ratificada na Constituição de 1937, tornando-se muito importante para a proteção do patrimônio nacional, visto que submeteu a propriedade individual ao interesse do Estado. A compreensão da lei permitiu os primeiros processos de tombamento realizados no país, realizados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido fundado em 1936 por Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde Pública.

As tradições materiais e imateriais que compõem o patrimônio

O tombamento é o principal instrumento de proteção do patrimônio histórico e cultural. Ele foi instituído no Brasil através do decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, proibindo a destruição dos bens culturais que passassem a ser tombados e colocando tais itens sob os cuidados e a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele foi o primeiro instrumento legal para a proteção patrimonial das Américas, tornando-se a referência fundamental até os dias atuais para o cuidado e a manutenção do patrimônio histórico e cultural. De acordo com o documento, para que um bem seja tombado é necessário que ele passe por um processo administrativo que o leve a ser inscrito em um dos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; das Artes Aplicadas – os quatro tipos de patrimônio cultural delimitados pelo instituto.

Segundo o decreto, entende-se como patrimônio cultural o conjunto de bens imóveis e móveis brasileiros cuja conservação é importante para a população em geral, seja por seu grande valor



etnográfico, bibliográfico, arqueológico ou artístico, seja também por sua ligação a momentos históricos memoráveis. O documento também indica que é possível realizar o tombamento de paisagens, sítios e monumentos naturais que demonstrem importância em sua proteção e conservação por sua feição relevante, fossem por sua criação natural ou humana.

É curioso ressaltar que o conceito de “tombo” como registro foi utilizado inicialmente pelo Arquivo Nacional Português, criado em 1375 por D. Fernando, instalado originalmente em uma das torres principais da muralha que cercava Lisboa. Aos poucos, o espaço passou a se chamar Torre do Tombo, onde se armazenavam os livros de registro mais importantes – os “livros do tombo”. Como uma homenagem, o decreto brasileiro passou a utilizar esta expressão para que todos os bens materiais que se tornassem cautela do Estado através de ato administrativo fossem inscritos no Livro do Tombo específicos.

Todas as pessoas (físicas e jurídicas) podem entrar com o pedido de tombamento de um bem cultural junto ao IPHAN, escrevendo para a Superintendência do Instituto no estado correspondente, ao Ministério da Cultura ou ao organismo central do IPHAN. O processo de tombamento busca analisar a relevância nacional do bem, inscrevendo-o em um ou vários Livros do Tombo. Depois do tombamento, os bens passam a ser fiscalizados para garantir sua conservação, sendo que nenhuma intervenção neles pode ser realizada sem autorização. Estes bens passam a ser divididos entre bens imóveis – os conjuntos urbanos, as edificações, as fortificações, as ruínas, as paisagens, os jardins e os sítios arqueológicos - e bens móveis – como os arquivos e coleções. O tombamento tem como objetivo principal impedir que o bem cultural seja mutilado ou destruído, garantindo sua preservação para as gerações seguintes.

As referências urbanas brasileiras são os núcleos históricos e as cidades históricas, chamadas oficialmente de conjuntos urbanos tombados. Nestes espaços, pode-se experimentar os processos de transformação regional através da preservação das características



específicas dos momentos históricos que eles representam, sendo considerados como locais especiais da nação, constituindo a base do patrimônio cultural. A preservação destes espaços é de responsabilidade compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, além de contar com a colaboração da sociedade civil. Até o início de 2017, o Brasil contava com 88 conjuntos urbanos protegidos, o que permite o investimento de recursos mais incisivo e direto, garantindo a realização de obras de qualificação e a criação de parcerias com diversas instituições.

As primeiras cidades e vilas brasileiras foram fundadas durante o período colonial. A primeira vila, instalada em 1532, foi São Vicente, enquanto Salvador foi criada em 1549 pelo primeiro governador geral, Tomé de Souza, tornando-se a primeira vila a ganhar o status de cidade e também a primeira capital colonial. Desde então, teve início a criação de uma intensa rede urbana, responsável pela ocupação do país e por seu desenvolvimento. As cidades e vilas colonial foram fundadas principalmente na região litorânea, com objetivo de escoamento da produção agrícola e de recepção dos artigos vindos da metrópole.

De acordo com essa função histórica os núcleos urbanos coloniais eram cidades centrais em todas as regiões brasileiras, apontando para a influência lusitana e criando cenários urbanizados que se mantêm bastante preservados. Sua formação se relaciona a processos históricos ligados a exploração de bens econômicos específicos, como o fumo, o algodão, o café, a borracha, a cana de açúcar e a mineração. Outras cidades foram marcadas pelos conflitos para a expulsão de grupos estrangeiros (como holandeses e franceses), por confrontos regionais e pelo processo de independência. Algumas destas cidades foram palco para a vida de personagens bastante importantes para a histórica nacional, como Anita Garibaldi, Chica da Silva e Tiradentes.

No entanto, não são apenas os conjuntos urbanos coloniais que são reconhecidos como patrimônio histórico e cultural no Brasil. Mais recentemente, também foram patrimoniados os municípios marcados pelos processos de industrialização no fim do século XIX, como a Vila



Ferrovária de Paranapiacaba, ou aqueles cuja linguagem arquitetônica é representativa de movimentos artísticos do século XX, como é o caso de Brasília.

As fortificações também são consideradas como um tipo de patrimônio cultural e histórico. No Brasil, elas começaram a ser construídas no século XVI, especialmente nas regiões litorâneas, criando marcos estratégicos também nas áreas fronteiriças e no interior. Estas fortalezas são compostas por grandes edifícios militares, que contêm baterias de canhões em pontos distintos da construção, com prédios diversos, dentre os quais se destacam as torres de observação. Algumas destas fortificações passaram a compor a paisagem urbana, como o Forte das Cinco Pontas, em Recife, e a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal. As fortalezas são edificações maiores que os fortes, identificados como edifícios de menor porte, com pequenas baterias de artilharia. Com o passar do tempo, diversas fortificações nacionais foram destruídas, restando apenas suas ruínas e o registro das batalhas travadas nelas.

Uma das tipologias de patrimônio cultural é o patrimônio arqueológico. No Brasil, os bens de natureza arqueológica são considerados bens federais, visto que o país possui um modelo de direito ligado à proposta latina. Os sítios arqueológicos são os lugares onde é possível encontrar resquícios positivos da ocupação do homem de forma prolongada, seja através de aldeamentos, onde é possível encontrar abrigos em rochas e objetos cerâmicos, seja através de cemitérios e sepulturas, ou ainda por pinturas rupestres e sambaquis (sulcos no polimento das pedras). Os proprietários das terras que encontrarem resquícios arqueológicos devem comunicar às autoridades em um prazo de 60 dias, caso contrário podem sofrer processos judiciais. Sem exceção, todos os sítios arqueológicos brasileiros possuem proteção legal, passando a compor o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

O patrimônio ferroviário, por sua vez, é composto pelos bens móveis e imóveis com valor histórico, artístico e cultural ligados à antiga Rede Ferroviária Federal brasileira, a RFFSA. Tais bens devem ser



avaliados, mantidos e preservados. Neste tipo de patrimônio, estão incluídos elementos móveis, como os maquinários, os vagões, os trens de passageiros e as locomotivas, além dos edifícios ligados à instituição, como os armazéns, os trechos das linhas ferroviárias e as estações. Também se inserem neste tipo de patrimônio os acervos documentais e os objetos, como os sinos, os relógios, os telégrafos e o mobiliário.

De acordo com o inventário realizado pela ferrovia, há mais de 50 mil bens imóveis e 15 mil bens culturais móveis com valor histórico. A importância deste tipo de patrimônio está ligada ao conhecimento sobre as formas de deslocamento, às diferenças sociais e aos principais caminhos para as rotas principais em determinados momentos históricos brasileiros.

O patrimônio imaterial

Além dos bens materiais, também é possível reconhecer os bens de natureza imaterial, compreendidos como as práticas e áreas da vida social que se expressam através de ofícios, saberes e artes de fazer, festividades, músicas, artes plásticas, artes cênicas, idiomas, além dos lugares que unificam práticas coletivas culturais, como feiras, santuários e mercados. Tais bens são reconhecidos a partir do momento em que celebram a transmissão de valores passados entre as gerações, reinventados pelas comunidades e que dão origem ou reforçam o sentimento de identidade e de continuidade em sua comunidade.

Mais recentemente, surgiu a noção de patrimônio intangível ou imaterial, complementando a categoria de patrimônio material, passando a considerar como bens a serem protegidos um conjunto de aspectos da vida cultural e social que dificilmente seriam considerados pelas visões mais tradicionais sobre a salvaguarda patrimonial. De acordo com esta nova categorização, religiões, festas, tipologias de medicina popular, dança, músicas, culinária, lugares e técnicas são passíveis de patrimonialização, a partir do momento em que se foca muito mais nos valores e ideais destes modos de vida do que em seus aspectos materiais.



Não é proposto o tombamento de tais práticas, mas sim seu registro e acompanhamento, identificando o que permanece e o que se transforma nelas. É uma iniciativa muito importante por flexibilizar o uso do conceito de patrimônio, trazendo novos significados para esta categoria. Em diversos casos, como na festa do Divino Espírito Santo, tais patrimônios são pensados de forma diferentes para os interlocutores que a vivenciam: para os devotos, estas festividades patrimonializadas são tidas como uma forma de manifestação de uma entidade religiosa; já para o estudioso, é uma representação da vida em comunidade e da identidade daquele grupo; quando os elementos daquela festa são expostos em um museu, por exemplo, eles se tornam mediadores entre a cultura daquele povo e o visitante, permitindo sua interpretação. Todos esses sentidos são complementares e não excludentes entre si. (GONÇALVES, 2003, p.31)

Quando se coloca em pauta o processo de eleição dos bens culturais de determinado povo, é necessário levar em consideração que toda memória é seletiva, visto que nem tudo fica gravado e registrado no imaginário de um grupo. (POLLACK: 1992, p.203). Ao contrário do que as concepções mais comuns sobre a memória tratam, a memória não está localizada em algum lugar do passado que possa ser resgatado pelas gerações atuais, como uma criança que passa por um terreno recolhendo itens para compor um grande quadro, recuperando no presente aquilo que já foi. Impedida de reconstruir o passado “tal qual foi”, a memória tem o poder de criar conexões entre diferentes temporalidades:

Ao conectar-se ao presente, a memória será invariavelmente seletiva. Alguns aspectos serão escolhidos para serem lembrados, assim como outros são eleitos para serem esquecidos. Dessa forma, o esquecimento não se opõe à memória nem opera contra a memória, mas é parte constitutiva dela (POSSAMAI: 2010, p.212).

O patrimônio vai agir, assim, como uma forma de materialização da memória, em forma de artefatos culturais e monumentos,



representando os elementos que mais vão sofrer com os abusos do esquecimento. Os memoriais, arquivos e bens culturais são os sítios que vão trazer uma memória determinada, construída por grupos sociais específicos, que legitimou a identidade daquela cidade, região ou nação ao longo dos anos – mas não foi definida inicialmente como a memória de toda a nação, de toda a cidade ou de todo o grupo. Para discutir esta questão, é importante retomar o conceito de lugares de memória, de Pierre Nora, que afirma a necessidade de falar-se de memória porque ela já não existe. Para o autor, os lugares de memória constituem-se como um modo de compreender como a memória já estaria se perdendo:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda mais memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA: 1993, p.07)

O autor discute que, caso o homem ainda conseguisse alcançar completamente sua memória, ele não teria necessidade de criar espaços e lugares consagrados a ela, como é o caso dos processos de patrimonialização, visto que até as ações mais corriqueiras seriam uma forma de repetição dos sentidos e dos atos vividos. (IDEM, pp.08-09). Nesse sentido, tais lugares de memória transformam-se nos espaços de vivência para que a memória possa ser preservada, visto que o passado não é mais alcançado em sua integridade, garantindo a necessidade da distância e da mediação entre o tempo presente e o passado. Para que a memória seja salvaguardada, tais lugares de memória tornam-se os mediadores entre o tempo, criando um elo entre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que criam canais de vigilância sobre a própria memória através de uma série de normatizações, perpetuando e afirmando as identidades de determinados grupos sociais na vida em comunidade.



(POSSAMAI: 2010, p.212).

Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. Através de uma constante seletividade de elementos, a memória busca legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso também é objeto de constante disputa de poderes. Isso também vale para a memória institucional. Se é verdade que uma instituição é constituída de uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão dos grupos. (OLIVEIRA: 2008, p.45)

Nesse sentido, o processo de patrimonialização age como uma forma de legitimação na busca pela identidade nacional ou regional, criando símbolos que ajudem a representar tal unicidade, propiciando a criação de *lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada* (HARTOG: 2006, p.268). Os bens culturais vão funcionais, assim, como fragmentos dos povos, protegidos da degradação e da perda, que foram escolhidos como pontos de contato com as gerações passadas, de tal forma a permitirem que as novas nações se formem como comunidades imaginadas (ANDERSON: 2005).

A partir da metade do século XX, consolidou-se o processo de conceitualização do patrimônio cultural como uma ferramenta legal para a salvaguarda de bens públicos, que passaram a ser vistos como merecedores de proteção governamental para serem transmitidos para as gerações vindouras. Através destas leis, as nações começaram a espalhar sua imagem através de sua identidade legitimadora, dando origem a estatutos jurídicos para a definição dos processos de proteção e seleção do patrimônio cultural e natural nacional, contando com rituais muito específicos, gerenciados por especialistas. (CASTELLS: 2002). Tal estatuto jurídico



funciona como linguagem performativa de um modo bastante peculiar; não apenas definem direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar (FONSECA: 2005, p.37)

Nesse sentido, as políticas de preservação do patrimônio cultural e natural começaram a ser propostas buscando a atuação no campo simbólico para o reforço da identidade coletiva das nações, passando a aplicar o conceito de patrimônio especialmente aos bens culturais e naturais que sofrem a intervenção estatal, através de agentes autorizados e de práticas legalizadas, criando-se uma série de valores e sentidos fixos – seja a valorização histórica enquanto testemunho de uma temporalidade ou espacialidade, seja a valorização artística ligada a um movimento estética ou ainda a valorização etnográfica, como um documento de um grupo social diferente. (SANTOS: 2012, p.71)

É importante ressaltar que o estudo sobre o patrimônio apenas pode ser entendido a partir dos vínculos que faz com o conjunto de problemáticas contemporâneas capazes de definir os interesses do tempo presente em relação ao passado. Dessa forma, o movimento de reflexão acerca do patrimônio pode e também deve ser realizado como uma das preocupações do campo da historiografia, sendo submetido a um processo investigativo que reforce a *dimensão histórica* de sua invenção. Nesse sentido, a eleição do patrimônio também é uma forma de escrita do passado de um grupo social, inscrita em um conjunto de regras específicas. O conceito de patrimônio indica uma relação com a passagem do tempo, fazendo com que o estudo sobre esta área leve à reflexão sobre os diversos modos sociais de culturalização do tempo, características de cada sociedade. (GUIMARÃES, 2008, p.18-9)

Aos grupos humanos elaboram seus sentidos e significados para o transcorrer do tempo através do processo da eleição de seus patrimônios, construindo com isso sua noção de passado, presente e futuro segundo formas sociais e históricas capazes de oferecer sentido para a passagem



do tempo. O tempo histórico se transforma, em conjunto com a modernidade, a forma hegemônica de narrar o transcorrer do tempo, tendo como ponto de partida a história das relações entre os homens, especialmente a partir do momento em que a história nasce como disciplina, no decorrer do século XIX. Neste contexto, surgem as primeiras preocupações com o patrimônio como uma disciplina, indicando um momento histórico de surgimento da uma atenção específica para as formas distintas de narrar o passado – ao que Stephen Bann denominou de uma paixão pelo passado, fundada na grande perda causada pelas transformações do século XIX. (BANN, 1994, p.42)

Tal como a história, o patrimônio deve reconstruir cadeias temporais, espaciais e hereditárias unindo vestígios do passado de uma civilização, sendo capaz de criar laços entre as gerações contemporâneas e as anteriores, podendo, assim, estabelecer vínculos sociais e afetivos importantes às coletividades. Com isso, a memória e o patrimônio passariam a traçar relações íntimas, pois é a memória quem se responsabiliza por ativar os vestígios do passado escolhidos, transformando-os em patrimônio a ser celebrado e protegido:

A simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material ou um acervo arquitetônico. E nem mesmo todo o conjunto de restos que sobreviveram à passagem do tempo vieram a se constituir em patrimônio histórico de uma coletividade. O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade; é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual foram um dia produzidos e criados. Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que aprendemos a ver como patrimônio histórico só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas da produção de saberes e poderes. (GUIMARÃES, 2008, p.21)

É importante ressaltar que a memória é uma construção efetivada



sempre no presente, partindo-se de um conjunto de experiências e de vivências que ocorreram em um intervalo de tempo passado a partir do qual se deseja refletir e se quer compreender. Sendo uma construção, a memória passa por questões subjetivas, seletivas e é submetida aos poderes que se inferem sobre ela, remetendo a uma dimensão social, coletiva e institucional. Toda memória é constituída fora do indivíduo, a partir das relações que ele trava com outros indivíduos, objetos ou lugares, ainda que elas pareçam ser projetos individualizados. Ela também produz a percepção do sentimento de pertencimento a um passado unificado, constituindo-se em um dos principais aspectos à criação de identidades no campo histórico, material e simbólico. (HALBWACHS, 2006, p.53)

Sendo um processo de construção social, a memória deve ser lida a partir de um movimento que implica um jogo de forças, tornando-se um campo de disputas. Toda memória social é processual, sendo composta por discursos variados, conversas cotidianas, pequenas ações e uma série de narrativas que expressam sentimentos, desejos, sentidos e marcam presenças e ausências. Nesse sentido, estas memórias contam histórias descontínuas de sujeitos contemporâneos plurais, cujas identidades são vividas em um fluxo intenso de contradições e de tensões, sem que exista coerência, linearidade e progressão – mas sim, muitos desvios e muitos espaços vazios. Quando a memória é ativada, são atribuídos novos significados ao passado recontado, ou seja, ele é “reistoricizado”: por isso, quando determinado bem é escolhido como patrimônio, ele preenche a descontinuidade e o vazio da vida cotidiana, trazendo um fio de linearidade e coerência para o grupo social que o escolheu a partir da memória que se pretende construir. (GONDAR, 2005)

A memória, seja ela coletiva ou individual, possui relação direta com as temporalidades, os lugares e os poderes. Ela é construída a partir de um lugar, transformado em um referencial, fazendo com que as mudanças sofridas nele realizem modificações na forma de apreensão da realidade que ficou registrada ali: quem volta para sua pequena cidade



natal 30 anos depois da partida pode sentir alguma confusão com os processos de urbanização e crescimento sofridos pelo lugar, visto que não o identificam com sua memória daquele espaço. De acordo com Michel de Certeau, os lugares são intermediários das produções históricas, permitindo certas apropriações e impedindo outras (CERTEAU, 2002, p.77). Nesse sentido, a patrimonialização funciona como a fixação de um referencial de memória: a partir do momento em que se protege determinado espaço e se impede sua modificação (e, por conseguinte, sua modernização), ele se mantém como a referência de uma cultura, de um período histórico e de um passado eleito para o grupo social que o escolheu.

Da mesma forma, os indivíduos, os grupos humanos e as classes sociais vivem em conflitos constantes em busca de poder. Tais relações são responsáveis por definir o que vai ser lembrado – e, por conseguinte, o que deverá ser esquecido. Nas camadas hegemônicas é definido aquilo que vai ficar registrado nos livros de história, nos programas escolares e vai se transformar na história oficial de uma nação – em sua memória histórica. Da mesma forma, a escolha sobre os bens a serem patrimonializados é feita a partir dos interesses dos grupos que detêm o poder. Nesse sentido, a construção da memória está ligada intimamente aos processos de controle e de dominação de determinados grupos sociais sobre os outros.

A memória também está unida diretamente aos sistemas geradores de saberes. Quando se afirma que ela se vincula aos poderes, não se retoma à ideia do poder institucionalizado (o governo ou o Estado), mas sim às relações de enfrentamento, força, luta e às estratégias cotidianas. Este poder é disputado e exercido diariamente, de tal forma que as lembranças e seu duplo – os esquecimentos – estejam permeados por relações de enfrentamento para se estabelecerem nos grupos sociais. Da mesma forma, este poder produz individualidades, ligando-se aos que possuem os saberes, visto que o conhecimento apenas pode existir com condições políticas para a formação do indivíduo e dos espaços do saber. (FOUCAULT, 1989, p.44)



Os atos de lembrar e recordar são essenciais para garantir a efetivação e a manutenção dos elos sociais, sendo quase impossível imaginar um grupo humano que não organizasse um modo de específico de lembrança. O trabalho de rememoração retoma obrigatoriamente a duas temporalidades distintas, unindo-as: o momento atual, quando alguém ou algo é recordado, e o momento em que o acontecimento ocorreu ou a pessoa lembrada viveu – o passado. Dessa forma, o ato de lembrar obriga a reflexão sobre o tempo presente, que elege alguns objetos e indivíduos em ícones de recordação, criando uma operação seletiva para aquilo que deve ser rememorado e o que pode ser deixado para trás, esquecido. (SARLO, 2007, p.27)

As sociedades contemporâneas têm realizado um grande esforço em relação ao levantamento de seu passado através de formas distintas, como a produção dos “lugares de memória”, a exigência acerca do dever de memória (que se reflete, por exemplo, na necessidade de reforçar os processos do Holocausto, uma recordação dolorosa que deve ser feita a fim de que não se repita), além da transformação do passado em objeto midiático pelos meios massivos de comunicação (com a emergência de canais específicos com programas que buscam “reconstruir o passado” ou rememorar determinados traços culturais de povos que já não existem mais, como é o caso do History Channel ou do Discovery Channel). A forma principal desta retomada do passado nestas sociedades se dá pela sua patrimonialização.

A preocupação com as práticas de preservação e com o patrimônio que fazem parte das agendas da UNESCO e dos órgãos nacionais deve ser lida a partir de sua articulação com a cultura histórica contemporânea, que possui a força da memória como uma de suas principais características. Esta cultura da memória está atrelada à transformação da escrita da história na contemporaneidade, muito mais dependente dos afetos – sejam eles ligados à individualidade, às paixões políticas, aos regionalismos ou às crenças específicas do historiador, afirmando abertamente o fim da neutralidade antes desejada para um cientista



(PROCHASSON, 2005, p.312)

Mas qual é a função da lembrança? Existe a possibilidade de se fazer uma história do ato da rememoração, a partir do momento em que ele está intimamente ligado à vida de um grupo social em um intervalo de tempo específico? É importante ressaltar que o ato de lembrar traz consigo seu contrário: o de esquecer. Até em que momento a lembrança não constrói o esquecimento? A cultura escrita, como um meio de fixação da memória escolhida, é responsável também pela criação do processo de esquecer: se não está escrito, não é necessário lembrar. (WEINRICH, 2001, p.33)

Nesse sentido, temendo os frutos do esquecimento (efeito necessário do processo da memória), as sociedades contemporâneas têm sofrido uma “febre” de conservação dos bens culturais, especialmente aqueles materiais, em um processo de aceleração da memória que busca correr contra a passagem do tempo. Na luta contra um esquecimento generalizado do passado, tais grupos realizam uma *inflação da memória*, arquivando e desejando preservar tudo para produzir uma *super memória*, cujo resultado seria a incapacitação dos grupos de atuarem sobre seu presente – o que Friedrich Nietzsche chamou de história monumental. (GUIMARÃES, 2008, p.24)

O esforço de memória se reflete nos atuais dados da UNESCO para garantir o aumento do número de bens tombados e inseridos como Patrimônio da Humanidade. Durante a 29ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da instituição, ocorrida na África do Sul em 2005, 137 países possuíam 812 bens tombados. Apenas dois anos depois, 76,2% dos países que assinaram a Convenção do Patrimônio Cultural (141 dos 185 participantes) passaram a conter um total de 878 bens tombados, considerados de valor excepcional, dentre os quais incluem-se bens culturais, naturais e espaços mistos – um acréscimo de 66 tombamentos em apenas dois anos, o intervalo entre duas reuniões do comitê. Esse crescimento aponta para o aumento da preocupação de forma global da preservação patrimonial, dando origem à preocupação transnacional com



as práticas de salvaguarda. Além disso, esse aumento indica uma transformação na forma como a passagem do tempo tem marcado os grupos atuais: a partir do momento em que se dá uma aceleração do tempo, reafirmada pelo avanço das comunicações que ofertam o “tempo real”, as nações tentam criar um conjunto de bens a serem preservados desse processo de “aceleração do tempo”, no intuito de protegê-los do desaparecimento. Nesse sentido, a salvaguarda do patrimônio seria uma forma de conter a velocidade da passagem do tempo nas civilizações contemporâneas, mantendo um elo de estabilidade e de continuidade com seu passado. (GUIMARÃES, 2008, p.26)

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas** – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANN, Stephen. **As invenções da História** – Ensaio sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

BARBOSA, Andréa. “A força do silêncio: significados e sentidos em imagens e textos” in **Anais do I Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina: UEL, 2007.

BHABHA, Homi. “DissemiNação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” in **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular – imagem e História**. Bauru: Edusc, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Natureza, cultura e patrimônio ambiental. In LANNA, Ana



Lucia Duarte. **Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005. pp.47-55

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Contexto, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GELLNER, Ernest. **Thought and Change**. Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1965.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. In OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura, 2008. Pp.17-40

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A: Rio de Janeiro, 1999.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, v.22, nº 36, 2006. Pp. 261-273.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente: Documento e História. FREITAS NETO, José Alves de; KARNAL, Leandro. **A escrita da História: interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. Pp. 49-61.

LOPES, Fábio Henrique. A História em Xequê: Michel Foucault e Hayden White in GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira e RAGO, Margareth



(orgs). **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: UNICAMP, 2000. Pp.295-318.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista/ História e Cultura Material**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1994.

_____. Os paradoxos da memória in MIRANDA, Danilo Santos de (org.) **Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural**. São Paulo: Sesc/SP, 2007.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História – a problemática dos lugares" in **Projeto História**, nº 10, Dezembro/93. São Paulo: PUC/SP, 1993.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória – SiBI/UFRJ In OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura, 2008. Pp.41-61

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, nº 10, 1992. Pp. 200-212.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escrituras da memória, leituras da história. in POSSAMAI, Zita Rosane (org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. Pp. 209-219.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de Antropología Social**. nº 11, Buenos Aires, UBA, 2000. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4709/4206> Acesso em: 06 nov. 2019.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia História**. 2005. Vol. 21, nº 34. Pp.305-324. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a04.pdf> Acesso em: 15 mar. 2020.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo in FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. Pp. 15-26.

SANTOS, Adalberto Silva. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.) **Políticas culturais**. Salvador: Edufba,



2012. Pp.67-88.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado** – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res) Sentimento – Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004. Pp. 37-58.

UZUN, Julia Rany Campos. *¡A mis lectorcitos, la nación!* – Estado e educação no México de Porfirio Díaz (1876-1911). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

WEINRICH, Harald. Lete. **Arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Formato da atividade: O projeto conta com quatro atividades distintas, a serem entregues nos seguintes formatos:

1. Catálogo da cultura imaterial de Hortolândia, disponibilizado em formato digital para consulta pública em formato pdf. Também será produzido um site do catálogo da cultura imaterial, contando com páginas específicas para as principais representações dos bens intangíveis da cidade (celebrações, tradições, festas, danças, saberes, formas de expressão, costumes, lendas, músicas, modos de fazer e outras tradições ligadas à ancestralidade das diversas populações do município, seguindo a designação da UNESCO).
2. 1 Videodocumentário registrando as principais manifestações da cultura imaterial da cidade, com duração média de 45 minutos, entregue em arquivo .mov em resolução Full HD.
3. 3 videoaulas introdutórias, com cerca de 5 minutos cada, trazendo debates instrucionais sobre a temática – entregues em arquivo .mov em resolução Full HD.
4. 1 cartilha digital, voltada para os alunos da Educação Básica do município, entregue em formato pdf, disponibilizada através dos canais de comunicação da Secretaria da Cultura.



Duração: O projeto terá duração de cinco meses, incluindo o período de pesquisas sobre o patrimônio imaterial, a visita aos espaços para coleta de dados e entrevistas e a produção dos materiais. A equipe vai se dividir para realizar todas as atividades em tempo hábil.

Estrutura necessária:

- 1) Para a realização do **catálogo** e da **cartilha**, serão utilizados
 - A) Acervo da Biblioteca Municipal “Therezinha França de Mendonça Duarte”
 - B) Acervo do Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” – Estação Jacuba
 - C) Acervo Pessoal da historiadora responsável
 - D) Câmera Canon T5I para registros fotográficos
 - E) Compra de domínio na internet para o projeto
- 2) Para a realização do **videodocumentário** e das **videoaulas**, serão utilizados os seguintes equipamentos que a empresa já possui:
 - A) Para captação das imagens: 1 câmera Panasonic Lumix GH4,
 - B) Para captação das imagens aéreas: 1 drone DJI Mavic Air, 1 bateria drone
 - C) Para iluminação: 1 led de 25w Viltrox
 - D) Para captação de som: 1 gravador Tascam DR60, 1 gravador Zoom H4N, 1 microfone Rodego, 1 microfone Boya, 1 blimp Boya, 2 microfones lapela
 - E) Para edição: Adobe Premiere



Também serão necessários outros equipamentos para locação ou compra:

- A) Para captação das imagens: 1 câmera Panasonic Lumix GH5
- B) Para iluminação: 3 led de 100w, 1 rebatedor de luz, 3 tripés de iluminação, gelatina de correção de cor, bateria para iluminação, 1 led RGB (colorido)
- C) Para captação de som: 1 pedestal de microfone, 1 vara boom para microfone



1.4 Público-alvo

Indique a idade ou o perfil social do público que poderá ser beneficiado pelo seu projeto

O projeto é indicado para todos os públicos, tendo classificação etária livre. O perfil social do público que será mais beneficiado com o projeto são os indivíduos interessados em conhecer um pouco mais sobre a história da cidade, aqueles que participam de alguma forma das manifestações culturais de Hortolândia e os alunos da rede municipal, que poderão conhecer um pouco mais sobre o patrimônio imaterial da cidade onde vivem.

1.5 Plano de mídia (opcional)

Apesar de ser um item opcional, é desejável que você indique como pretende divulgar seu projeto cultural. Pode ser rede social, assessoria de comunicação para rádio, TV, jornal e sites especializados, além da construção da identidade visual do projeto, utilizada em cartazes e demais peças publicitárias. Recorde-se de utilizar as marcas do Governo Federal e da menção obrigatória da fonte dos recursos

O projeto vai disponibilizar todos os seus produtos por meio de um site abertos que vai hospedar o catálogo, o videodocumentário, as videoaulas e a cartilha digital. Além disso, todos os produtos serão disponibilizados nos portais da Secretaria da Cultura (facebook, instagram e no portal mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br) para livre circulação.

Para todos os produtos do projeto, vai ser desenvolvida uma mesma identidade visual, que vai conter o logotipo do Governo Federal (Lei Aldir Blanc), da Secretaria da Cultura de Hortolândia e também do próprio projeto.

1.6 Cronograma

Aponte QUANDO deseja realizar o projeto. É importante a colocação de etapas, divididas por meses em que acontecerão.

Exemplo: Primeiro mês: contatos com os artistas e técnicos e definição das datas junto à Secretaria

Segundo mês: Preparação de materiais de divulgação e visitas técnicas aos espaços onde acontecerá o projeto

Terceiro mês: Oficinas e rodas de conversa

Quarto mês: Divulgação e realização das apresentações



Quinto mês: Reunião dos documentos para prestação de contas e elaboração de relatório a ser encaminhado para o Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização.

Primeiro mês: Pesquisa documental sobre os bens imateriais da cidade nas bibliotecas e núcleos de memória da cidade. Visitação técnica aos espaços escolhidos para a coleta de dados. Solicitação da permissão para filmagem em espaços públicos junto à Secretaria. Definição das datas de acordo com a Secretaria.

Segundo mês: Criação dos roteiros para as videoaulas e o videodocumentário. Roteirização da cartilha e do catálogo.

Terceiro mês: Gravação e edição das videoaulas e do videodocumentário. Composição da cartilha e do catálogo. Captação das fotografias dos bens imateriais para o catálogo e para a cartilha.

Quarto mês: Preparação dos materiais para divulgação. Criação do site do projeto. Disponibilização dos materiais para consulta pública.

Quinto mês: Reunião da documentação para prestação de contas. Elaboração do Relatório a ser encaminhado para o Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização.



D.2 PLANILHA DETALHADA DE CUSTOS E RESPECTIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Lembre-se que “economicamente mensurado” significa informar que o projeto deve apresentar os custos dos serviços de membros do projeto, contratações de serviços ou aquisição de materiais ou equipamentos relativos à execução do projeto.

Projeto “Mapa da cultura imaterial de Hortolândia”					
	QUANT.	Unidade	X	V. UNITÁRIO R\$	V. DESTINADO
Equipe					
Diretora geral	1	Mês	5	R\$ 300,00	R\$ 1500,00
Roteirista	1	Serviço	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00
Historiador(a)	1	Serviço	1	R\$ 2000,00	R\$ 2000,00
Videomaker	1	Serviço	1	R\$ 1500,00	R\$ 1500,00
Direção de fotografia	1	Serviço	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00
Técnico de som direto	1	Serviço	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00
Assistente de direção	1	Serviço	5	R\$ 200,00	R\$ 1000,00
Fotógrafo Still	1	Serviço	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Editor colorista	1	Serviço	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Web Designer/ Ilustrador	1	Serviço	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00
Subtotal					R\$ 11.600,00
Produção					
Luz contínua Yongnuo YN300 Air	1	Verba para compra	3	R\$ 340,00	R\$ 1020,00
Tripé de iluminação	1	Verba para compra	3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
Rebatedor para luz	1	Verba para compra	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Gelatina para	1	Verba para	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00



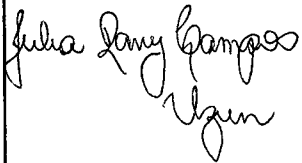
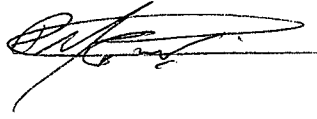
correção de cor para iluminação		compra			
Bateria para iluminação	1	Verba para compra	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
Iluminação led RGB colorido	1	Verba para compra	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Câmera Panasonic Lumix GH5	1	Verba para locação	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00
Vara de microfone Boom	1	Verba para compra	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Tripé hidráulico para fixação de segunda câmera	1	Verba para compra	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Sub total					R\$ 4880,00
Divulgação					
Compra de domínio web para divulgação do projeto por 10 anos	1	Serviço	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Divulgação em Redes Sociais	1	Verba	5	R\$ 100,00	R\$ 500,00
Projeto gráfico	1	Serviço	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
Criação do logotipo do projeto	1	Serviço	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Sub total					R\$ 2100,00
Administrativo					
Contabilidade	1	Serviço	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Combustível	1	Verba	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Material de escritório	1	Verba	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Alimentação da equipe	1	Verba	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
Sub total					R\$ 1420,00
Total					R\$ 20.000,00



ANEXO E

TERMO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO (um para cada membro do projeto)

Eu, Julia Rany Campos Uzun, RG nº 27.899.808-2, CPF nº 318.811.008-12, residente no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, representante legal da pessoa jurídica Clio Produções, CNPJ Nº 39.367.291/0001-96, sediada no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, me comprometo a participar do projeto “Mapa da cultura imaterial de Hortolândia”, como diretora geral e roteirista.

Nº	NOME	RG	CPF	ENDEREÇO	FUNÇÃO	ASSINATURA DO MEMBRO	DATA
1	Julia Rany Campos Uzun	27.899.808-2	318.811.008-12	Rua Eusébio de Queiroz, 1217, Jardim Amanda I	Diretora geral e roteirista		16/11/2020
2	Diego Marcel Freitas Pereira	30.254.188-3	325.219.868-10	Rua Eusébio de Queiroz, 1217, Jardim Amanda I	Videomaker		16/11/2020

Hortolândia, 16 de novembro de 2020


Julia Rany Campos Uzun

Proponente



ANEXO F

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO

(válida somente quando for apenas um proponente a executar o projeto)

Eu, Julia Rany Campos Uzun, RG nº 27.899.808-2, CPF nº 318.811.008-12, domiciliado no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, representante legal da pessoa jurídica Clio Produções, CNPJ nº 39.367.291/0001-96, sediada no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, Proponente do projeto denominado “Mapa da cultura imaterial de Hortolândia”, declaro que não haverá participação de terceiros na execução deste projeto.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Hortolândia, 16 de novembro de 2020

Julia Rany Campos Uzun



ANEXO G

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu, Julia Rany Campos Uzun, RG nº 27.899.808-2, CPF nº 318.811.008-12, domiciliado no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, representante legal da pessoa jurídica Clio Produções, CNPJ nº 39.367.291/0001-96, sediada no endereço Rua Eusébio de Queiroz, 1217, bairro Jardim Amanda I, CEP 13188-002, município de Hortolândia, Proponente do projeto denominado “Mapa da cultura imaterial de Hortolândia”, me comprometo a obter as autorizações necessárias dos eventuais detentores de direitos autorais, fonomecânicos ou conexos, da propriedade do acervo, do imóvel ou de qualquer bem envolvido no projeto, cuja execução demande direito autoral ou patrimonial, quais sejam:

Detentor Acervo/Imóvel/Bem Envolvido: a definir

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Hortolândia, 16 de novembro de 2020

Julia Rany Campos Uzun
Julia Rany Campos Uzun



1.7 Ficha técnica e mini-curriculo dos principais integrantes do projeto

Mini-curriculo – Julia Rany Campos Uzun – CPF 318.811.008-12

Função – Diretora geral e roteirista

Julia Rany Campos Uzun é mestra e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. é licenciada e bacharel pela mesma universidade. Também é pedagoga e especialista em Gestão Escolar. Trabalha com questões pertinentes à cultura há mais de 15 anos, discutindo as relações entre a história, a memória e a educação para a formação cidadã em todos os níveis do ensino (desde a pré-escola até a pós-graduação). É professora, pesquisadora, autora de materiais didáticos e consultora educacional. Também coordena o Centro de Estudos em História Cultural das Religiões – CEHIR, sendo pesquisadora associada do Laboratório de Estudos em História das Religiões (LEHR – Universidade de Pernambuco) e do Colegio Mexiquense de Toluca (Estado de México).

No campo do patrimônio, é responsável pela disciplina “Patrimônio Cultural” na Universidade São Francisco, tendo concebido todo o plano de ensino e o material didático. É responsável pelo Projeto Cidades Brasileiras (que mapeia o patrimônio nacional), vinculado ao Portal Educacional Clickideia, do qual é coordenadora da área de Humanidades desde 2014. Também possui publicações nacionais e internacionais na área, tendo oferecido palestras na Espanha e no México sobre as relações entre a memória, a identidade e o patrimônio cultural.

Mini-curriculo - Diego Marcel Freitas Pereira – CPF: 325219868-10

Função – Videomaker

Técnico em Audiovisual com mais de 14 anos de experiência, é formado como Técnico Radialista Operador de Câmera (DRT: 0053464/SP) e tem formação técnica como Técnico/Operador de áudio (DRT: 0006390/SP). Na televisão, passou por todos os setores e formatos como editor, câmera, diretor de tv, operador de áudio e produtor, acumulando experiência em produções jornalísticas, esportivas e documentais. No mercado cinematográfico tem experiência com inúmeras produtoras, desempenhando funções como Operador de Câmera, Ass.de Câmera, Logger e como Técnico de Som direto.

Seus trabalhos de destaque mais recentes são a participação em todo o conteúdo digital/Making Off do Filme “MINHA MÃE É UMA PEÇA 3” e a turnê do espetáculo musical “Filho da Mãe”, durante o ano de 2019, ambos do ator e comediante Paulo Gustavo. Em 2020, participou da gravação do filme “MOSCOW” (com lançamento previsto para 2021) e do curta-metragem “Baseado em Amores Reais” do DUO Mar Aberto, já lançado na plataforma GLOBO PLAY.

Participou de projetos com porte nacional e internacional, dentre os quais constam videoclipes (como Dennis DJ, Wesley Safadão, Nego do Borel, Jerry Smith, Marcelo



Falcão/O Rappa, Henrique & Diego, Bruno Martini, Lexa) e Reality shows documentais (como “Luan Santana LIVEMOVEL”, veiculado no Fantástico (Rede Globo) e (Multishow), e “Filtr Next Brasil”, reality show Brasileiro veiculado no Youtube).

1.8 Histórico do proponente

A Clio Produções é uma empresa voltada para a produção de conteúdos, palestras e materiais voltados à preservação da memória e do patrimônio cultural, tendo como sua principal representante a historiadora Julia Rany Campos Uzun. Como a produção destes materiais e a consultoria sobre patrimônio foi vinculada recentemente à categoria de pessoa jurídica, visto que a MEI foi aberta apenas em 08/10/2020, o histórico da empresa se confunde com o histórico de produções da própria historiadora e, por isso, no resumo de projetos e parcerias da Clio Produções será destacado o portfólio de sua representante.

Julia Rany Campos Uzun

Resumo

Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2006-2007). É mestra (2013) e doutora (2020) em História Cultural pela mesma Universidade. Também cursou especialização em Gestão Escolar pela Universidade Cruzeiro do Sul (2017). Durante o mestrado, realizou intercâmbio no Colegio Mexiquense de Toluca - México, atuando como pesquisadora-investigadora sob a supervisão da Profa. Dra. Milada Bazant Sanchez. Em pesquisa anterior, trabalhou com o desenvolvimento da cultura gospel nos Estados Unidos na região do Deep South. Atualmente, trabalha com as transformações ocorridas no Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX, compreendendo os novos espaços ocupados pela Igreja Católica no universo republicano. Dentre os temas de investigação estão a História da Educação, a História das Mulheres, o nacionalismo, a memória, a História Contemporânea, a História da América Latina, o ensino religioso, as práticas didáticas e o estudo de imagem.

FORMAÇÃO

- **2020** - Doutorado em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “Educar meninas para tirá-las dos perigos do mundo”: O projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora para a Primeira República brasileira (1892-1934)

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Moura da Silva



Tese digital disponível em: <http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/351875>

- **2020** - Aperfeiçoamento em Formação de Mediadores de Educação para o Patrimônio

Fundação Demócrito Rocha – 160 horas

- **2020** - Graduação em Pedagogia

Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP

Monografia: O ensino de História e Geografia na Base Nacional Comum Curricular – novas perspectivas e desafios

- **2020** - Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica

Faculdade Educamais Brasil

- **2018** - Especialização em Gestão Escolar

Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL

Título: Gestão Escolar – Hora de trabalho pedagógico coletivo como espaço de capacitação docente

Orientadora: Daniela Oliveira

- **2013** - Mestrado em História

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “A mis lectorcitos, la nación!” – A construção das memórias mexicanas durante o governo de Porfirio Díaz (1876-1911)

Orientador: Prof. Dr. Leandro Karnal

Dissertação digital disponível em:

<http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/278744>

- **2012** – Maestría – Seminários de História de la educación en México

El Colegio Mexiquense A.C., Toluca, México

Título: ¡A mis lectorcitos, la nación! La construcción de la memoria mexicana a través de los manuales escolares durante el gobierno de Porfirio Díaz (1876-1911)

Orientadora: Profa. Dra. Milada Bazant Sánchez

Co-orientador: Dr. Carlos Escalante



- **2007** - Bacharelado e Licenciatura em História

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “Quando Mnemósine encontra Montezuma”: A construção do passado mesoamericano através das gravuras da Biblioteca del niño mexicano

Orientador: Prof. Dr. Leandro Karnal

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- **2020** – Desenho Instrucional – 30 horas

Escola Nacional de Administração Pública

- **2020** – Educação Especial: histórico, políticas e práticas – 30 horas

Universidade Federal de São Carlos

- **2015** – The American South: Its Stores, Music, and Art – 30 horas

University of North Carolina School of the Arts, UNCSA, Winston-Salem – EUA

- **2013** – Fundamentos das políticas pedagógicas – 60 horas

Curso Odara

- **2010** – A Pedagogia Salesiana para novos educadores – 20 horas

Rede Salesiana de Escolas

- **2008** – Jogos e raciocínio lógico: o lúdico na sala de aula – 6 horas

Consultoria Tantas Palavras

- **2008** – História, memória e recuperação da História – 6 horas

Consultoria Tantas Palavras

- **2008** – Educação Inclusiva – 30 horas

Ministério da Educação

- **2007** – História da Música Popular Brasileira – 60 horas

Casa da Cultura de Ribeirão Preto



EXPERIÊNCIA ARQUIVÍSTICA E MUSEOGRÁFICA

- Arquivos salesianos do estado de São Paulo

Higienização, organização e manutenção dos arquivos do Colégio do Carmo (Guaratinguetá), do Colégio de Santa Inês (São Paulo), do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (Araras) e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Ribeirão Preto). Os arquivos foram utilizados como bases na busca da documentação da pesquisa de doutorado, sendo sua higienização e organização um agradecimento da pesquisadora, buscando auxiliar no envio de documentos para a formação do Museu Salesiano.

Período: de julho de 2017 a junho de 2018.

- Biblioteca Octavio Ianni – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP

Catologação de obras, pedidos de catálogos atualizados de editoras nacionais e internacionais, uso de AACCR2 e ISBD.

Período: de junho de 2013 a fevereiro de 2014.

- Centro de Estudos em História Social da Cultura (CECULT)

Bolsa Fapesp Treinamento Técnico I. Cura de fontes ligadas à criminalidade escrava da primeira metade do século XIX no Brasil, especialmente processos-crime, incluindo sua análise e tabulação.

Período: julho de 2004 a junho de 2005.

- Arquivos do Centro de Memória da Unicamp (ACMU)

Organização e estudo da documentação relativa à Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB) das décadas de 1960 e 1970.

Período: julho de 2003 a dezembro de 2003.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

- Mapa do Patrimônio Material de Hortolândia

Coordenação do projeto de mapeamento do patrimônio material do município de Hortolândia.

Período: desde outubro de 2020.

- CEHIR – Centro de Estudos em História Cultural das Religiões

Coordenação e organização das atividades. Criação do site institucional, gestão dos



eventos, das mídias sociais e das publicações (anais de eventos e livros). Membro da diretoria na gestão 2015/2019 e na gestão 2020/2023.

Período: desde abril de 2015.

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

- Plataforma SAS Educação

Elaboração de questões para os materiais didáticos de Ensino Fundamental I e II de História.

Período: desde setembro de 2020.

- DP Content

Elaboração de material educacional para a disciplina de **História da América Independente**, para os cursos superiores de História e Pedagogia.

Período: desde setembro de 2020.

- Faculdade Única

Elaboração de material educacional para a disciplina de **História Medieval**, para o curso superior de História

Período: desde julho de 2020.

- Núcleo de Educação à Distância – Universidade de la Salle

Elaboração de material educacional para a disciplina **História Medieval II, História Contemporânea I e História do Brasil República I**, para o curso superior de História.

Período: desde agosto de 2019.

Livro História Medieval II - <http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br/ead/historia-medieval-ii>

Livro História Contemporânea I -
<https://livrariavirtual.commercesuite.com.br/ead/historia-contemporanea-i>

- Núcleo de Educação à Distância – UNIGRANRIO

Elaboração do material educacional para a disciplina **História do Brasil Império**, para o curso superior de História.

Período: desde agosto de 2019.

Aula Unidade 1 -
<https://drive.google.com/file/d/1t63OvQukibljfosarNPfDPopKYVYq8PB/view?usp=sharing>



Podcast Unidade 2 - <https://drive.google.com/file/d/1QonOkXlhfOcplLpdW78JGYudkDLphjE/view?usp=sharing>

Aula Unidade 3 - <https://drive.google.com/file/d/1rfHPtVdpLIpZ8FsXAtwUy4lW0dD6eNu/view?usp=sharing>

Podcast Unidade 4 - https://drive.google.com/file/d/1O-iwLtnOSspG-11je5HR_cBDjrkqgCFR/view?usp=sharing

Podcast Unidade 5: <https://drive.google.com/file/d/1BfeHOa5-k-UctM6UdJpMDz2KMOV8iUII/view?usp=sharing>

Aula Unidade 6 - <https://drive.google.com/file/d/1m5qCppEgNJmZNOYCPnNgo3KSAAowNbtG/view?usp=sharing>

Aula Unidade 7: https://drive.google.com/file/d/1GcM_PYMLM7Iisr1C_dYxAJfcL89fxUIP/view?usp=sharing

Podcast Unidade 8: <https://drive.google.com/file/d/1rDM-vssHVVfJsgCa3aC3bklBfj4W-JI6/view?usp=sharing>

Encerramento do curso: https://drive.google.com/file/d/1_ZbhVM4-Xvhv4K4thXoIQszlDTJOb3yr/view?usp=sharing

- Núcleo de Educação à Distância – UOL Edtech

Elaboração do material educacional para a disciplina **História e Ética**, para o curso superior de História.

Período: desde julho de 2019.

- Núcleo de Ensino à Distância – Universidade São Francisco

Elaboração do material educacional para a disciplina **Patrimônio Cultural**, para o curso superior de História.

Período: desde julho de 2019.

- Kroton Educacional

Elaboração de material didático para diversos cursos do Ensino Superior, como livros didáticos, apostilas, videoaulas, podcasts, questões e material de apoio.

Período: desde abril de 2014.

- Clickideia Portal Educacional

Elaboração de material didático digital de História, Filosofia, Ensino Religioso e Sociologia para o Ensino Fundamental II e Médio, além da manutenção de um canal virtual para o contato com os estudantes.



Período: desde janeiro de 2014.

Aula Esquenta ENEM – Portal Clickideia – 29/10/2020

Parte 1 - https://www.youtube.com/watch?v=UdkzDhEi_8Q&t=146s

Parte 2 - https://www.youtube.com/watch?v=mHNge_lNCrQ&t=110s

Making of Jogo Terra dos Mártires - <https://www.youtube.com/watch?v=aYNDWSXDRcg> – a partir do min 1:42



Coordenação do Projeto Cidades Brasileiras, que discute o patrimônio nacional tomado pelo IPHAN

Natal - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/24985>

João Pessoa - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25056>

Recife - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25057>

Salvador - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25058>

São Luís - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25081>

Belém - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25082>

Manaus - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25128>

Brasília - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25129>

Goiânia - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25145>

Campo Grande - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25146>

Cuiabá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25147>



Sobral - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25187>

Rio de Janeiro - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25189>

Porto Nacional - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25255>

Porto Alegre - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25256>

Pirenópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25300>

Ouro Preto - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25301>

Olinda - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25365>

Paranaguá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25366>

Corumbá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25367>

Vila Serra do Navio - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25378>

São Luís do Paraitinga - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25449>

Laguna - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25450>

Natividade - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25451>

Piranhas - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25510>

Cáceres - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25511>

Petrópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25561>

Vila de Santo Amaro do Sul - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25562>

Cachoeira - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25588>

Goiás Velho - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25589>

Cataguases - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25590>

Antonina - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25617>

Oeiras - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25618>

Corumbá de Goiás - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25680>

Paraty - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25681>

São Francisco do Sul - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25706>

Pilar de Goiás - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25708>

Aracati - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25778>

Iguape - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25779>

Santa Tereza - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25780>

Lapa - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25822>



Itaiópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25825>

Alcântara - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25881>

Aldeia de Carapicuíba
<http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25918>

Diamantina - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25919>

Congonhas - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25946>

Goiana - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25947>

Jaguarão - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25948>

Parnaíba - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25996>

Antônio Prado - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25997>

Novo Hamburgo:
<http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/26030>

- CNEC Educacional

Elaboração de material didático de História Geral e do Brasil para pré-vestibulares.

Período: de agosto de 2018 a dezembro de 2019.



Principal > Superaprova > História

🔍 Título, disciplina, área de concentração

≡ CANAIS



As políticas de conservação do Patrimônio Histórico - Aula Teórica

(7min)

#aula teórica #história



As políticas de conservação do Patrimônio Histórico - Exercício

(3min)

#exercício #história



Papel da História e o ofício do Historiador - Aula Teórica

(6min)

#aula teórica #história



Papel da História e o ofício do Historiador - Exercício

(6min)

#exercício #história

- FTD Editora Educacional

Elaboração de material didático de História para o Ensino Fundamental II, especialmente livros do professor e materiais digitais, dentro do novo Plano Nacional do Livro Didático 2019 2 e 2020.

Período: desde junho de 2018 a dezembro de 2019.

PUBLICAÇÕES RELEVANTES



1. Livros e capítulos

A) Livros completos

UZUN, Julia Rany Campos; PAULA, Bianca S. P. Aprendizagem de Geografia e História. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019.

UZUN, Julia Rany Campos; AMANCIO, Kleber A. O. História do Brasil. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional: 2017.

UZUN, Julia Rany Campos. História da América Independente. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016.

UZUN, Julia Rany Campos Uzun. ¡A mis lectorcitos, la nación!: Estado e educação no México de Porfirio Díaz (1876-1911). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

<https://www.pacolivros.com.br/a-mis-lectorcitos-la-nacion-estado-e-educacao-no-mexico-de-porfirio-diaz-1876-1911>



B) Livros organizados

UZUN, Julia Rany Campos (et. all) Religiões, história e política. Recife: UPE, 2019.

Disponível

em:

https://drive.google.com/file/d/1dgnLuhzZLaqnHuD_Nd1gYNn3HHTXssDT/view

UZUN, Julia Rany Campos (et. all). **História, narrativas e religiões**: diálogos sob o olhar da cultura. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/EDUPE, 2018.

UZUN, Julia Rany Campos (et. all). **História, narrativas e religiões**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

C) Capítulos de livros

UZUN, Julia R. C.; MOURA, Carlos A. S. As religiões e o ensino de História:



propostas para o trabalho em sala de aula. In *Ultrapassando fronteiras: narrativas e reflexões sobre o ensino de História*. Recife: EDUPE, 2020. Pp. 207-223.

UZUN, Julia Rany Campos. Ampliando a noção de comunidade. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 155-171.

UZUN, Julia Rany Campos. As transformações no ensino de História e Geografia na contemporaneidade. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 124-154.

UZUN, Julia Rany Campos. De Mornese a São Paulo: a educação católica das Filhas de Maria Auxiliadora e a criação do Colégio de Santa Inês (1908-1934) in *Teologia das Religiões*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 171-182.

UZUN, Julia Rany Campos. Localização no espaço e no tempo. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 105-123.

UZUN, Julia Rany Campos. O corpo como registro do tempo e do espaço. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 80-104.

UZUN, Julia Rany Campos. Os objetivos da BNCC para o ensino de Geografia nas séries iniciais. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 50-77.

UZUN, Julia Rany Campos. Os objetivos da BNCC para o ensino de História na educação infantil e nos anos iniciais. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 26-49.

UZUN, Julia Rany Campos. Registro e narrativa pessoal. In *Aprendizagem da Geografia e da História*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 1-27.

UZUN, Julia Rany Campos (et. all) Apresentação. In *História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura*. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/EDUPE, 2018, pp. 3-5.

UZUN, Julia Rany Campos. O Brasil do açúcar: economia agroexportadora, expansão territorial e a sociedade do açúcar. In *História do Brasil*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 18-30

UZUN, Julia Rany Campos. O Brasil minerador: o ciclo do ouro, a religião na colônia e a chegada da Família Real. In *História do Brasil*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 31-45.

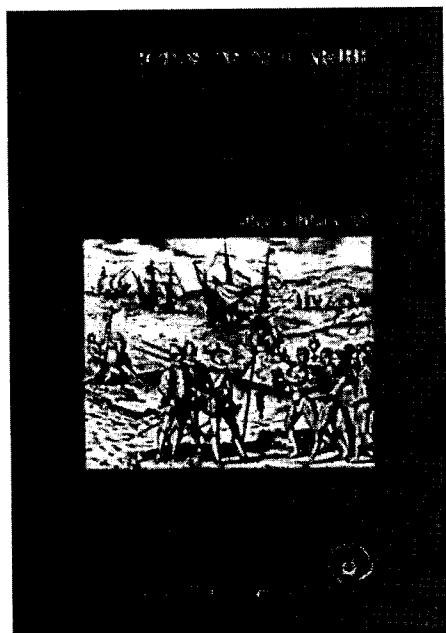
UZUN, Julia Rany Campos. Os primeiros esforços colonizadores: as Grandes Navegações, a chegada dos portugueses e o período pré-colonial. In *História do Brasil*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 04-17

UZUN, Julia Rany Campos. Cuando la memoria se convierte en imagen. El "Paseo de la Reforma" y la construcción de la representación del pasado mexicano. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015. Pp. 346-369.



<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5322113>

UZUN, Julia Rany Campos. Nem índio nem colonizador: O Inca Garcilaso de la Veja e a Flórida ou História do Descobrimento daquela Península por Hernando Soto. In Cronistas do Caribe. Campinas: IFCH, 2012.
<https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1704>



D) Artigos publicados em periódicos

UZUN, Julia Rany Campos (et all). O periódico O Estandarte enquanto veículo de educação presbiteriana entre os anos de 1893 e 1903. Research Society and Development, vol. 9, Nº 9, 2020.
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8233/7606>

UZUN, Julia Rany Campos; MOURA, Carlos André Silva de. Religiões, laicidade e ensino de História: diálogos culturais para o trabalho em sala de aula. Revista Projeto História, vol. 67, 2020.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48236>

UZUN, Julia Rany Campos. Cantando para o Senhor: o surgimento da cultura gospel no Deep South norte-americano. Anais do IV Simpósio do Gt História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul. 2015.

UZUN, Julia Rany Campos. Quando a educação constrói identidades: Brasil e Argentina no transcorrer dos séculos XIX e XX. Revista Fronteiras, vol. 19, 2011.
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8114>

DOCÊNCIA

- Meu Colégio – Sistema Etapa – Paulínia

Professora de História, Sociologia e Filosofia. Ensino Fundamental II e Ensino



Médio. Utilização da plataforma digital Google Education. Carga horária: 12 horas.
Período: de janeiro a setembro de 2020.

- Colégio Anglo – Cosmópolis

Professora de História, Sociologia e Filosofia. Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Utilização da plataforma digital Plurall. Carga horária: 06 horas.
Período: de julho de 2019 a setembro de 2020.

- Cursinho Pré-Vestibular Toca do Bixo – Hortolândia

Coordenadora da área de Humanidades. Carga horária: 8 horas.
Período: de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Professora-estagiária das disciplinas de Práticas do Ensino de História, Teoria em História Cultural e História dos Estados Unidos, dentro do Programa de Estágio Docente da Universidade.
Período: de julho de 2014 a julho de 2017.

- Colégio Semear Dornellas

Escola da rede particular de Campinas – SP. Professora substituta de História e Geografia do Ensino Fundamental II. Carga horária: 18 horas.
Período: de janeiro a julho de 2014.

- Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Escola da rede particular de Ribeirão Preto – SP. Professora de História do Ensino Fundamental II. Carga horária: 10 horas.
Período: de janeiro de 2009 até julho de 2010

- EMEB Maurício Leite de Moraes

Escola de ensino básico da rede municipal de Orlândia – SP – contrato por tempo determinado. Professora de História e Artes (PEB-II). Carga horária: 27 horas.
Período: de abril a dezembro de 2008.

- EMEF Prof^a Adalgisa Perim Balestro Franzini

Escola da rede municipal de Araras – SP. Professora efetiva de História (PEB-II) do



5º ao 8º ano do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Carga horária: 38 horas.

Período: de setembro de 2007 a março de 2008.

- E.E. Professor Tomás Alves

Estágio vinculado à licenciatura. Professora de História para o Ensino Médio. Utilização de diversos tipos de documentos, como imagens, fotografias, mapas, músicas, obras de arte, além de alguns jogos, com o intuito de fazer os adolescentes despertarem para o conhecimento histórico.

Período: de março a dezembro de 2006.

- Cursinho Popular Machado de Assis

Professora de História e Geopolítica para preparação de alunos para o vestibular. Programa vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas. Projeto social.

Período: de março a dezembro de 2006.

- PAD – Programa de Apoio Didático

Monitora da disciplina Teoria da História I, responsável pelo plantão de dúvidas, pela organização da bibliografia, além de auxílio no preparo do cronograma do curso.

Período: de março a julho de 2006.

- Cursinho da Moradia Estudantil - CMU

Professora de História e Filosofia para preparação de alunos para o vestibular. Programa vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas. Projeto social.

Período: de janeiro a dezembro de 2005.

- Movimento Abrindo Portas (MAP)

Educadora (alfabetização e educação básica) de jovens e adultos. Projeto social vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas.

Período: abril a novembro de 2003.

OUTRAS ATIVIDADES

- Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA

Correção das provas do Ensino Fundamental II

Período: 2009



- Curso e Colégio Objetivo Campinas

Correção de simulados no formato dos vestibulares da Unicamp e Fuvest.

Período: segundo semestre de 2006.

- Universidade de Portas Abertas (UPA)

Elaboração e apresentação da Oficina temática: “Propaganda política nos regimes nazi-fascistas”.

Monitoria no stand do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Período: setembro de 2004, 2005 e 2006.

CONHECIMENTOS RELEVANTES

- Certificação Google Scholar Professor
- Informática: nível avançado em MS Office, Windows e Internet.
- Inglês: nível avançado em leitura, conversação e escrita.
- Espanhol: nível avançado em leitura, conversação e escrita.
- Francês: nível intermediário em leitura, conversação e escrita.
- Italiano: nível intermediário em leitura e escrita.



CONTRATO Nº 537/2020

*pedido
3286*

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA
CONTRATADA: JULIA RANY CAMPOS UZUN
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 7460/2020
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

Aos 14 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/000132, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal, **SRA. ALESSANDRA AMORA BARCHINI**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade (R.G.) nº 1.582.900, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob o nº 782.860.341-04 doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **CLIO PRODUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Avenida / RUA EUZEBIO DE QUEIROZ, 1217, Bairro JARDIM AMANDA, no Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (C.N.P.J./M.F.) sob o nº 39.367.291/001-96, neste ato representado por **JULIA RANY CAMPOS UZUN**, brasileira, solteira, professora, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – (C.P.F./M.F.) sob nº, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam pelo presente instrumento, visando atender a aplicação da lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020), com observância da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 10.464/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020 e Decreto Municipal nº 4605/2020, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, máxime as Leis e Decretos municipais, a Prestação de Serviços, proveniente do Edital nº **154/2020**, Processo Administrativo nº 6614/2020 mediante as seguintes cláusulas e condições:

justa

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento consiste no **CHAMADA PÚBLICA para o credenciamento de projetos culturais, cuja execução esteja vinculada aos segmentos de Economia da Cultura; Cultura Digital, Artes Visuais e Audiovisual; Artes Cênicas; Patrimônio Cultural, Material e Imaterial; Música; Expressões Culturais de rua; Livros, Literatura e Poesia; e atividades relacionadas ao projeto Hortolândia: A luz que acolhe, conforme memorial descritivo, como se aqui**

justa



transcrito fosse, para o projeto "Mapa da Cultura de imaterial de Hortolândia".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O presente contrato possui o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) .

3.2. As despesas decorrentes do presente processo licitatório serão cobertas pelas dotações orçamentárias vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura, sob codificação: 02.36.02.13.392.0204.2500.3.3.90.36.00 - ficha 797 - DR 05.312.0014; 02.36.02.13.392.0204.2500.3.3.90.39.00 - Ficha 798 - DR 05.312.0014, ou outra que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Tanto as obrigações da contratante como da contratada constam do Memorial Descritivo (Anexo I) e no Edital, bem como neste contrato, sem prejuízo do disposto na legislação regente.

4.2. O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina o inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento pela execução dos projetos será efetivado em até 5 (cinco) dias úteis após a geração de nota de empenho com os recursos disponibilizados pela União.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. É responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo e resolver os casos não previstos.



6.1.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui e nem reduz a responsabilidade do credenciado por quaisquer irregularidades ou prejuízos causados ao Município, servidores públicos, ou terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Após a assinatura deste contrato, estará a **CONTRATADA** automaticamente à disposição da **CONTRATANTE** para o fiel cumprimento das competentes ordens de serviço.

7.2. São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal nº. 4309/2020 e demais normas pertinentes, conforme Anexo VI do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As divergências, casos omissos ou questões emergentes do presente Instrumento poderão ser resolvidos entre as partes, mediante comunicação e justificativa por escrito.

8.2. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

8.3. A contratada deve cumprir as Normas de Trabalho Decente estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho, em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 3645/2020

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. Constituem-se motivos para a suspensão do Termo de Credenciamento, por parte do credenciante, garantido o princípio do contraditório e a ampla defesa:

9.1.1. Quando prestarem atendimento de forma discriminada e prejudicial, desde que devidamente comprovada a conduta;

9.1.2. Agir comprovadamente de má-fé, com dolo ou fraude, causando prejuízos ao credenciante ou aos beneficiários;

9.1.3. Quando a denúncia partir da CREDENCIADA, a notificação deverá ser devidamente protocolada na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA; quando a parte denunciante for a CREDENCIANTE, a notificação será



encaminhada à CREDENCIADA, por "aviso de recebimento" ou outro Método que comprove fisicamente seu recebimento;

9.2. Todo aquele que vier a incidir em uma das hipóteses será automaticamente excluído do rol dos credenciados:

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O Município de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA, direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução da Proponente vencedora;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da CONTRATADA;

c) a subcontratação ou cessão do contrato;

d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;

e) descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização do Município de Hortolândia;

f) outros fatos ou faltas, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e,

g) descredenciamento.

10.2. O Município de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "g" do subitem 10.1, por mútuo acordo.

10.3. Rescindido este contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "g" do subitem 10.1, a Proponente vencedora, sujeitar-se-á a multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Hortolândia, os serviços realizados, podendo o Município de Hortolândia, segundo a gravidade do fato ou falta,



promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a CONTRATADA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.4. O Município de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "g" do subitem anterior, por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

11.1 O presente Contrato Administrativo é regido, visando atender a aplicação da lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020), com observância da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 10.464/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020 e Decreto Municipal nº 4605/2020, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, máxime as Leis e Decretos municipais, a Prestação de Serviços, bem como as disposições contidas no Processo Administrativo protocolado sob nº. **6614/2020**, originário da Chamada Pública, registrada sob nº. **02/2020** e seus Anexos, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se nele transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir quaisquer dúvidas não resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem em perfeito acordo, assinam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza seus legítimos efeitos legais.

Hortolândia, de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

JULIA RANY CAMPOS UZUN

**MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**

ADMINISTRAÇÃO

COMPRAS E LICITAÇÕES

Pedido de Compra 3286/2020 - 0

(Página: 1 / 1)

Sistema CECAM

Data: 18/12/2020 15:26

Sistema CECAM

Nº Pedido de Compra: 3286/2020

Global/Estimativo

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 -

Modalidade: 2/2020 - CH-D CHAMADA PÚBLICA

Fundamento Legal:

Processo Nº: 7460/2020

Empenho: 12771/2020 - 15/12/2020

Vínculo: ORDINÁRIO

Fornecedor 11725 JULIA RANY CAMPOS UZUN - CLIO PRODUÇÕES
Nome Fantasia JULIA RANY CAMPOS UZUN - CLIO PRODUÇÕES
Endereço RUA EUSEBIO DE QUEIRÓZ, 1217
Bairro JARDIM AMANDA II
Cidade HORTOLÂNDIA
CEP 13188-002
C.P.F / C.N.P.J. Nº 39.367.291/0001-96
Inscr. Estadual
e-mail professorajuliahistoria@yahoo.com.br

Estado SP

Nº Telefone (016) 98103-6073

Nº Fax (016) 98103-6073

Inscr. Municipal

Local de Entrega Conforme Memorial Descritivo

Ficha Nº 798

Dest. Recurso 053120014 AÇÕES EMERGENCIAIS AO SETOR CULTURAL - COVID 19

Endereço Conforme Memorial Descritivo
Unidade Orçamentaria 23602 DEPARTAMENTO DE CULTURA
Validade SESENTA DIAS
Prazo Entrega Conforme Memorial Descritivo Prazo de Pagto CONFORME CONTRATO
Garantia CONTRATO 537/2020 - VALOR R\$ 20.000,00. PRAZO 12 MESES DA ASSINATURA EM 14/12/2020.
Objeto CREDENCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS.
Aplicação SECR. DE CULTURA - CHAMADA 02/2020 - MI 539/2020. - DR 05.312.0014.
Nº Requisição 2584/2020
Multa

Requisitante

Os Materiais/Serviços que não estiverem em acordo com este pedido serão DEVOLVIDOS. O Número deste pedido deverá constar em sua NOTA FISCAL.

Emitido Para MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

C.N.P.J. 67.995.027/0001-32

Inscrição Nº Isenta

Endereço Rua José Claudio Alves dos Santos, nº 585-Remanso Campineiro-SP CEP 13184-472

Nº Telefone: () () - ()

Nº Fax: () () - ()

Queiram fornecer a esta ENTIDADE / INSTITUIÇÃO, o(s) bens/serviços abaixo especificados:

Item Nº	Quantidade	Un.Med.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
001	1	UN	12.003.2798/CREDENCIAMENTO DE PROJETOS ALDIR BLANC - CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO	20.000,0000	20.000,00

Pedido 3286/2020	Total	20.000,00
	Cancelados (-)	0,00
	Descontos (-)	0,00
	Impostos (+)	0,00
	Valor	20.000,00

*Chamada**2.*

(VINTE MIL REAIS)

HORTOLÂNDIA, 15 de Dezembro de 2020

Ordenador de Despesas

Alessandra Amora Barchini
Secretária Municipal de Cultura

TERMO DE ADITAMENTO
Proc. nº 30671/19 - Tomada de Preços nº 016/19 - EMPRESA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO A ACESSIBILIDADE NA EMERFOP ALDO PRATA, NA AV. SÃO PEDRO, Nº 601, BAIRRO CITY PETROPOLIS, NA CIDADE DE FRANCA - SP. Contratado: GFL Engenharia Ltda. O prazo de vigência do contrato ora aditado, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, nos termos da solicitação e justificativa da Sec. Planejamento Urbano, anexada aos autos em fls 855 e seguintes. Fica aditado o valor correspondente a R\$ 26.136,18 (vinte e seis mil e cento e trinta e seis reais e dezcentos e oitenta e três reais e três centavos) para materiais e R\$ 4.443,15 (quatro mil e quatrocentos e quarenta e três reais e quinze centavos) para mão de obra, conforme solicitação e justificativa da Sec. Planejamento Urbano, anexada aos autos em fls 855 e seguintes.

Processo nº 30254/17 - Credenciamento de entidades jurídicas especializadas interessadas em prestar serviços para a Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de procedimento diversos da tabela SUS (Sistema Único de Saúde), Credenciada/apia: Clínica Offitio Ltda. O prazo de vigência do contrato ora aditado fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula 5ª, item I do Termo Contratual, conforme solicitação da Sec. Saúde e anuência dos prestadores de serviços, anexados aos autos em fls 1518 e seguintes.

Franca, 21 de dezembro de 2020.

Cesar Carrijo Borges.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações / Pregorrio

GUAIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIARA

AVISO DE RECEBIMENTO DE COTAÇÃO/PROPOSTAS DE PREÇOS RETIFICADO - O Município de Guaiara/SP torna público a realização da Dispensa de Licitação nº 91/2020, conforme Decreto nº 582/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO/DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DA CIDADE DE GUAIARA/SP EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO A SER INDICADO PELA CONTRATADA. NO ATOS DA SUA CONTRATAÇÃO, Entrega de Envelopes lacrados e identificados com o nº da Dispensa, presencialmente, contendo Propostas/Cotações de Preços (discriminar todos os custos das composições auxiliares para composição do preço unitário e global da planilha orçamentária) no período de 18/12/2020 até 28/12/2020, das 08:00h às 16:00h nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020 e das 08:00h até às 10:00h no dia 28/12/2020. As propostas deverão estar assinadas por representante legal da empresa juntamente com documento comprobatório de que tem poderes para tanto, em original ou cópia autenticada, com reconhecimento de firma caso necessário. Para maior transparência e acompanhamento dos interessados a ABERTURA DOS ENVELOPES será no dia 28/12/2020 às 10:00h, no Depto. de Compras da Pref. Municipal, localizado à Av. Gabriel Garcia Lual, nº 676, bairro Maracá, Guaiara-SP. O Projeto Básico/Memorial Descritivo está disponível pelo site: www.guaiara.sp.gov.br no link: link:www.guaiara.sp.gov.br/category/dispensa/. Após abertura dos envelopes, será solicitada a habilitação da empresa vencedora e do aterro sanitário. Maiores informações pelo Tel. (17) 3332-5110. Guaiara-SP, 21 de dezembro de 2020. José Reinaldo dos Santos Júnior - Prefeito Municipal.

GUAPIARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIARA

COMUNICADO - COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, CRIAÇÃO DA PELA PORTARIA Nº240 DE 04/06/2020, torna público sobre andamento do processo nº 1127/2020 (Chamamento Público nº 02/2020), de forma a dar ciência às interessadas, participantes da sessão do dia 14/12/2020, onde houve manifestação das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS participante com protocolo nº 3735/2020 na data de 21/12/2020 da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CHAVANTES, CNPJ 73.027.690/0001-46 e-mail: jucia@casasantaschavantes.org.br e protocolo nº 3728/2020 na data de 21/12/2020 da ORGANIZAÇÃO SOCIAL BENEFICENTE CRISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À SAÚDE E EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS, CNPJ 22.741.428/0001-72 e-mail: maosamigas@maosamigas.org.br, enviado por e-mail, ciente do inteiro teor do recurso para apresentação de contramemoirs aos recursos interpostos pelas participantes, na fase de julgamento envelope 02 de propostas quando a pontuação, contando o prazo legal a partir de 21/12/2020. Guapiara SP 21/12/2020.

GUARACI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

Extrato de Ata
Município de Guaraci/SP
Processo de Licitação nº 097/2020
Pregão Presencial nº 034/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
Contratado: MAJAD & CORREIA LTDA
Objeto: Registro de Preços para a aquisição de combustíveis, destinados a frota do Município, pelo período de 12 (doze) meses
Valor da ata: R\$ 793.037,00
Prazo: 12 meses
Assinatura: 21/12/2020
Elson Machado Silveira - Prefeito Municipal
Extrato de Ata
Município de Guaraci/SP
Processo de Licitação nº 097/2020
Pregão Presencial nº 034/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
Contratado: AUTO POSTO GUARACI EIRELI
Objeto: Registro de Preços para a aquisição de combustíveis, destinados a frota do Município, pelo período de 12 (doze) meses
Valor da ata: R\$ 276.744,00
Prazo: 12 meses
Assinatura: 21/12/2020
Elson Machado Silveira - Prefeito Municipal
Prorrogação de Prazo
Processo nº 037/2018
Pregão Presencial nº 031/2018
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
Contratado: MAZZUCA COMÉRCIO E SISTEMAS DE ELETRICIDADE LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para operação e execução de manutenção do sistema de iluminação pública.

O referido contrato teve sua vigência prorrogada até 12/12/2021.

Assinatura: 12/12/2020

Elson Machado Silveira - Prefeito Municipal

Prorrogação de Prazo

Processo nº 007/2020

Tomada de preços nº 001/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

Contratado: DECK CONSTRUTORA EIRELI

Objeto: Construção de muro e passarela do Cemitério Municipal

O referido contrato teve sua vigência prorrogada até 18/02/2021.

Assinatura: 17/12/2020

Elson Machado Silveira - Prefeito Municipal

GUARARAPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 237/2020 - DISPENSA Nº 100/2020
OBJETO: AQUISIÇÕES DO MEDICAMENTO IMUNOGLOBULINA HUMANA SG, PARA ATENDIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES/SP
CONTRATADO: GRIFOLS BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.513.899/0001-71
VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 58.645,40 (Cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos); valor unitário por frasco: R\$ 1.274,90 (Um mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, incisos IV da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas atualizações

DATA DA RATIFICAÇÃO DO ATO: 15 de dezembro de 2020

Guararapes, 21 de dezembro de 2020

Maria Marta Justi

Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PROCESSO Nº 233/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓDULOS EM AÇO INOX COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DA COZINHA PILOTO.

ENCERRAMENTO/ABERTURA: 11/01/2021 ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 - Fundos

OBJS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua

Mário Rolin Tolles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 21 de dezembro de 2020

Maria Marta Justi

Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PROCESSO Nº 236/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DO MEDICAMENTO IMUNOGLOBULINA HUMANA SG, PARA ATENDIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

ENCERRAMENTO/ABERTURA: 12/01/2021 ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 - Fundos

OBJS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua

Mário Rolin Tolles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 21 de dezembro de 2020

Maria Marta Justi

Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

RESULTADO DE JULGAMENTO

Pregão Presencial nº 233/2020

Pregão Presencial nº 083/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA EM EMER, EMERES E CRECHES NO MUNICÍPIO DE GUARARAPES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRAR O EDITAL COMO ANEXO VII.

A Prefeitura Municipal de Guararapes torna público e para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar que, relativamente ao recurso interposto pelas empresas AN

ACESSÓRIOS SOLARES LTDA E TECAUT AUTOMACAO INDUSTRIAL EIRELI, certame supramencionado, foi profereida decisão pelo DEFERIMENTO DO RECURSO, inutilizando a empresa

EVOLUI SOLAR ENERGIA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL LTDA - ME.

Fica, desde já, marcada para o dia 23/12/2020, às 09 horas, a reunião para abertura do envelope contendo os documentos

para habilitação do 2º colocado. Os autos deste processo licitatório encontram-se a disposição dos interessados.

Guararapes, 21 de dezembro de 2020

Eduardo de Souza Quintana

Pregoreiro Suplente

GUARAREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA

Convocação para apresentação de amostras Pregão 68/2020, Processo 398/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAS HIDROLÁICOS E DE ESGOTO, a empresa AMANCO

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. ME. Fica convocada a entregar amostra ou catálogo do lote 07 no Depósito da

Secretaria de Obras, localizado na Rua Raquel de Queiroz nº 50, Itapema, Guararema/SP, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação. ADRIANO DE TOLEDO LEITE, PREFEITO MUNICIPAL.

Convocação para apresentação de amostras Pregão 92/2020, Processo 571/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE PAPEL TOALHA E PAPEL HIGIÊNICO. Ficam CONVOCADOS as proponentes remanescentes de menor preço dos respectivos itens, a apresentar uma amostra conforme sua classificação: empresa TERRÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI fica intimada a apresentar uma amostra do item 02, empresa SINGAL COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS EIRELI/EPF fica intimada a apresentar uma amostra dos itens 02 e 04 e a empresa RNR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI fica intimada a apresentar uma amostra do item 04, no prédio do Almoarifado Central da Prefeitura, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação. ADRIANO DE TOLEDO LEITE, PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO: Ata de Registro de Preço 307/2020. ORIGEM: Processo 576/2020, Pregão Presencial 95/2020. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guararema. CONTRATADA: AMANCO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE CIMENTO CP II E RESISTÊNCIA DE 32MPa SACCO COM 50 KG. VALOR: R\$ 31.680,00. VIGÊNCIA: 12 meses. ASSINATURA: 16/12/2020. ADRIANO DE TOLEDO LEITE, Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal HOMOLOGOU o Processo 572/2020, Pregão Presencial 93/2020, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO DE ÓLEOS LUBRICANTES E ADIUDICOU os itens 08, 11 e 16 a empresa ENGEMAQ COMPONENTES PARA TRATORES LTDA, pelo valor global de R\$ 24.944,00; o item 01 a empresa OESTE PAULISTA PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI, pelo valor global de R\$ 40.800,00; os itens 07, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20 e 21 a empresa RFA COMÉRCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME, pelo valor global de R\$ 33.160,00; os itens 03 e 04 a empresa UNIMÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME, pelo valor global de R\$ 30.630,00 e os itens 05 e 06 a empresa WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI - EPF, pelo valor global de R\$ 43.540,00, para entrega conforme edital. ADRIANO DE TOLEDO LEITE, Prefeito Municipal.

GUARATINGUETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

Processo: Dispensa nº 032/20. Objeto: Execução de serviço de pavimentação asfáltica da rua Francisco Joaquim Pereira e Estrada Municipal de Taboão, bairro Rincão. A Prefeitura informa que o Extrato de Contrato do objeto supracitado, encontra-se publicado na Edição Online nº 3743 - A do Diário Oficial do Município de 16/11/2020.

COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Processo Licitatório nº 001/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação de rede de água.

DATA DA SESSÃO: Dia 19/01/2021 às 14 horas.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Reuniões da Gerência de Suprimentos e Licitações da SAEG, situada a Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, Guaratinguetá/SP.

Edital disponível em nossa página: www.saeg.net.br; link: Licitações.

CONATO: Guilherme Cavaloa Fone: (12) 3122-7235 e-mail: guilhermes.santos@saeg.net.br

AGÊNCIA REGULADORA DO SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTOS E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ

Extrato Termo Aditivo de Contrato

Processo: Aquisição Direta 07/2019 Contratante: Agência Reguladora Serv. Água, Esgotos e Resíduos Guaratinguetá. Contratada: Intervale Informática Ltda EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de hospedagem de site. Valor: R\$ 66,99. Prazo: 01 mês. Data: 08.12.2020.

GUARULHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

A Prefeitura Guarulhos, através do Depto de Licitações e Contratos, torna público os seguintes atos: Agendados: PE412/20 PA10081/20 menor preço/crescna pME.EPP e MEI via Reg. de preços p/medicamento de suplemento de vitaminas e minerais, mel de abelha e flocos de três cereais/platender mandado judicial. Abertura: 12/01/21 8:30 Disputa: 12/01/21 9:30h. PE413/20 PA26154/20 menor preço/crescna pME.EPP e MEI via Reg. de preços p/medicamento de suplemento de vitaminas e minerais. Abertura: 08/01/21 8:30 Disputa: 08/01/21 9:30h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link: Licitações Agendadas. Cancelamento: Fica cancelada a publicação do dia 18/12/2020 referente ao agendamento da Licitação do PP411/20 PA20561/20.

GUZOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

ERRATA

Fica retificado o TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO Nº 846/2020.

Fica retificado a Publicação na Imprensa Oficial do dia 25/12/2020 (pg. 23), referente ao termo de Homologação e Adjudicação do Processo Nº 846/2020.

Fica retificado o CONTRATO Nº 100/2020

Onde se lê: "Center Maq Comércio de Máquinas e Papéis Ltda, devidamente inscrita no CNPJ nº 62.771.316/0001-34 e Inscrição Estadual 438.076.337.119, com sede na Rua Martin Westphal nº 220, Bairro Centro (Lacio), Cep: 17.539-970, no município de Marília-SP, Leilão - Center Maq Comércio de Máquinas e Papéis Ltda, devidamente inscrita no CNPJ nº 62.771.316/0004-87 e Inscrição Estadual 438.273.513.113, com sede na Rua Martin Westphal nº 230, Bairro Centro (Lacio), Cep: 17.539-970, no município de Marília-SP, Guzolandia, 21 de dezembro de 2020. Luiz Antônio Pereira de Carvalho-Prefeito Municipal.

Pela presente: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF

Pela presente: a melhor forma de direito, venho à ilustre

tribuna, relatando que o valor proposto pela empresa acima mencionada mostra-se superior ao montante orçado pelo mesmo na fase interna da licitação. Diante do exposto acima, encaminho os presentes autos a Comissão de Licitações para as providências cabíveis. Proceda conforme Parecer Jurídico. Guzolandia, 16 de dezembro de 2020. LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO-Prefeito de Guzolandia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

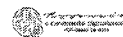
NOTIFICAÇÃO/TERMO DE ENCERRAMENTO

Processo nº 1.008/19, Licitação nº 052/19, Edital nº 046/19, Tomada de Preço nº 007/19

A Empresa: Atopí Construtora Eireli-EPF



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia



Ano III | Edição Nº 1080 Prefeitura Municipal de Hortolândia www.hortolandia.sp.gov.br terça-feira, 22 de dezembro de 2020

EXTRATO DE CONTRATO nº 551/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7458/2020. Contratado: CIBELE PERUSSO DA SILVA, CNPJ 32.686.377/0001-32. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 550/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7461/2020. Contratado: DANIEL MIRANDA, CNPJ 30.951.093/0001-09. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 549/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7483/2020. Contratado: LILIAN ALVES DE LIMA, CNPJ 24.780.993/0001-20. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 5.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 542/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7463/2020. Contratado: DIEGO MARCEL FREITAS PEREIRA, CNPJ 31.018.134/0001-63. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 541/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7515/2020. Contratado: ESCAFANDRA TRANSMEDIA PRODUÇÕES LTDA, CNPJ 32.994.367/0001-64. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 540/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7456/2020. Contratado: CARLA CRISTINA TOSETTO, CNPJ 29.817.201/0001-11. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 40.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 539/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7490/2020. Contratado: RAFAEL GHIRALDELLI DA SILVA, CNPJ 35.881.687/0001-04. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO nº 537/2020. Chamada Pública nº 02/2020. PMH 6614/2020, apartado no PMH 7460/2020. Contratado: CLIO PRODUÇÕES, CNPJ 39.367.291/0001-96. Objeto: Credenciamento de Projetos Culturais – Lei Aldir Blanc. Valor R\$ 20.000,00. Prazo 12 meses a partir da data de Assinatura em 14/12/2020. Hortolândia, 14 de dezembro de 2020. Alessandra Amora Barchini / Secretária de Cultura.

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO - O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o Pregão Eletrônico nº147/2020, Edital nº 188/2020, Processo Administrativo nº 5897/2020, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cujo objeto consiste na "Aquisição de projetor de multimídia, conforme especificações contidas no Anexo I - Memorial Descritivo"

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Cadastro das Propostas iniciais/documentos de habilitação início: 23/12/2020 às 09h00

Cadastro das Propostas iniciais/documentos de habilitação até: 08/01/2021 às 09h00

Início do Pregão (fase competitiva): 08/01/2021 às 09h30

Tempo de Disputa: 10 minutos

Para todos as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Além da plataforma eletrônica disponível no website www.bbmnetlicitacoes.com.br, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br (Licitações - Fácil Hortolândia) ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 15:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância equivalente ao custo por folha da Administração.

Hortolândia, 11 de Dezembro de 2020.

Claudemir Aparecido Marques Francisco

Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

ANEXO A PORTARIA Nº 011, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020 - PCCV

MATRÍCULA	NOME	CARGO	ESPECIALIDADE	CLASSE	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	PADRÃO DE VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL
8039001	RODNEI SANTOS TORTELLO	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P14	40 h
10874100	TERUO MORI	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P14	40 h
6023201	KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE SOUZA	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P16	40 h
3559900	ALAN RODRIGO VICENTE	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P16	40 h
3627700	LUIZ MOREIRA DE FREITAS	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P16	40 h
503700	JOSINEI ALEIXO CUSTODIO	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P17	40 h
4654000	IGOR SANTOS GONCALVES	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P16	40 h
3716800	LUIZ CARLOS LOPES	Agente de Infraestrutura	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	E	I	P16	40 h



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Sistema CECAM

(Página 1/1)

DATA	RESERVA Nº	PROCESSO Nº/REQUISIÇÃO	FICHA Nº
15/12/2020		7460/2020	798
INTERESSADO	C.N.P.J./C.P.F	BANCO	AGÊNCIA
94501 - JULIA RANY CAMPOS UZUN	039.367.291/0001-96	260	0001-
ENDEREÇO	CEP.	TELEFONE	
RUA EUSEBIO DE QUEIRÓZ, 1217 - JARDIM AMANDA II - HORTOLÂNDIA - SP	13188-002	98103-6073	
EMAIL	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO ENTREGA	
professorajuliahistoria@yahoo.com.br	Conforme Memorial Descritivo	Conforme Memorial	
LICITAÇÃO MODALIDADE Nº	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	VALIDADE PROPOSTA	
OUTROS/NÃO APLICÁVEL - /0	CONFORME CONTRATO	SESSENTA DIAS	
ORGÃO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	UNIDADE EXECUTORA	FUNÇÃO
02-PREFEITURA MUNICIPAL	02.36-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	02.36.02 - DEPARTAMENTO DE CULT	13
PROJETO ATIVIDADE	CATEGORIA ECONÔMICA	SUB FUNÇÃO	
2500 - Cultura e Cidadania	3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	392	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ÁREA DE ATUAÇÃO		PROGRAMA
05.312.0014 - AÇÕES EMERGENCIAIS AO SETOR CULTURAL - COVID19	0 -		0204
ATIVO NÃO FINANCEIRO	ADIANTEMENTO		
	NÃO		
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	CONTRATO		
	537/2020		
	CONVENIO		

DOTAÇÃO ATUAL			EMPENHADO ANTERIOR			VALOR EMPENHADO.			SALDO		
846.829,34			662.800,00			20.000,00			164.029,34		
COTA 1	COTA 2	COTA 3	COTA 4	COTA 5	COTA 6	COTA 7	COTA 8	COTA 9	COTA 10	COTA 11	COTA 12
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

VÍNCULOS				CENTRO DE CUSTOS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR		CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
1	ORDINÁRIO	20.000,00		1491	Projetos Aldir Blanc	20.000,00	
TOTAL		20.000,00		TOTAL		20.000,00	

ITENS DA NOTA							VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO				
1	0	1,000	UN	CREDENCIAMENTO DE PROJETOS ALDIR BLANC - CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO			20.000,0000	20.000,00
TOTAL								20.000,00

CÓPIA

CLAUDINEI LUCIO
CONTADOR
CRC 1SP290070